



ENTRE O BRINCAR E A LUTA PELA TERRA

a experiência da construção de parques
nas ocupações do MTST-PE.

ENTRE O BRINCAR E A LUTA PELA TERRA

a experiência da construção de parques
nas ocupações do MTST-PE.

Carolina Glasner Tavares

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Coordenação de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, da Universidade Federal de Per-
nambuco, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo,
sob orientação da Prof. Izabella Galera.

Recife, 2023

MTST, A LUTA É PRA VALER!



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Tavares, Carolina Glasner.

Entre o brincar e a luta pela terra: a experiência da construção de parques nas
ocupações do MTST-PE. / Carolina Glasner Tavares. - Recife, 2023.

Ex.:132 : il., tab.

Orientador(a): Izabella Galera

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. Movimento social. 2. Assessoria técnica popular. 3. Parques infantís. 4.
Pesquisa participante . 5. Luta pela terra . I. Galera, Izabella. (Orientação). II.
Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto que fortalece a luta por moradia nas cidades de todo o Brasil e que eu pude contribuir através do Setor de Arquitetura durante os últimos dois anos.

Ao Setor de Arquitetura do MTST e a todas as pessoas maravilhosas que puderam contribuir para a formação do presente trabalho, em especial à Isabela Neves, Lahys Barros, Eduarda Rocha, Tainã Pimentel e Gabrielle Gomes.

Aos meus pais professores, Fátima e Marcelo, que me auxiliaram na escolha de autores sobre a brincadeira infantil e sua importância para a criança.

À minha orientadora Izabella Galera que pode conduzir o trabalho através de seus conhecimentos em Arquitetura, Urbanismo e o lúdico no espaço. Além de agradecer pela confiança e incentivo ao trabalho.

Às amigas que me apoiaram durante o último ano de construção do trabalho e conclusão, em especial às minhas amigas Ana Júlia Oliveira e Milena Dias que revisaram o texto.

À iluminação divina que me guiou nesse processo.

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre a construção de parques infantis elaborada de forma colaborativa pelo Setor de Arquitetura do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na cidade do Recife, em Pernambuco, entre os anos de 2022 e 2023. A intervenção foi realizada por estudantes, arquitetas e moradores das ocupações a partir do método proposto pelo projeto “Ideais para Parques Infantis”. Além disso, é feita uma análise inicial da luta por terra e moradia no Brasil, além de entender como a brincadeira interfere na cidade e também como os espaços lúdicos são importantes para a vivência da criança. Dessa forma, o seguinte texto irá abordar as problemáticas referentes ao desenvolvimento do projeto dos espaços lúdicos tendo em vista a proposta de projeto político do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, as dinâmicas do uso do solo na cidade e a presença das crianças nesses lugares. Utilizando a metodologia da pesquisa participante, entrar-se-ia em uma busca pelos pontos de encontro entre o brincar e a luta por terra, entendendo o poder transformador da brincadeira para o meio urbano e detalhando os processos inerentes à construção do parque infantil e sua contextualização teórica. A monografia almeja contribuir para outros arquitetos e urbanistas na construção de projetos participativos e autogestionados.

Palavras-chave: parques infantis, brincar, movimento social, assessoria técnica popular, luta por terra, luta por moradia, pesquisa participante.

SUMÁRIO

07	INTRODUÇÃO
11	CONCEITUANDO A BRINCADEIRA E A LUTA PELA TERRA 1
11	1.1 A luta pela terra e moradia no Brasil
35	1.2 Espaços lúdicos na formação da criança e sua inserção na cidade
35	CONSTRUINDO OS PARQUES 2
57	2.4 Ocupação Aliança com Cristo
73	2.1 Ocupação 8 de Março
84	2.5 Ocupação Pocotó
94	2.3 Ocupação Fazendinha
105	2.2 Ocupação Carolina de Jesus
114	2.5 Ocupação Sítio dos pescadores
122	CONCLUSÃO 3
127	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
131	ANEXO

INTRODUÇÃO

Em um cenário em que recortes de território são mercantilizados, a luta pela terra entra como uma maneira dos trabalhadores excluídos do sistema capitalista terem uma chance de vislumbrar seu direito constitucional à moradia. O enaltecimento do valor econômico do espaço em detrimento do seu valor utilitário, ligado à moradia e ao cultivo da terra, elucida como a sociedade se manifesta materialmente no território, seja se tratando do espaço urbano ou rural.

Tendo em vista essa análise territorial, diversos conflitos foram travados sobre o espaço ao longo da história. No Brasil, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) marcaram a luta pela terra no país tendo como bandeira a reforma agrária. Além disso, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) trouxe para as cidades a busca pela terra urbanizada, lutando, principalmente, por uma conquista habitacional.

A partir desse contexto espacial, os parques infantis públicos se inserem na cidade como uma maneira de conquistar o local da brincadeira em uma cidade que sofre as consequências de uma visão mercantil do espaço, tornando-se fragmentada e desigual. Esses espaços lúdicos trazem uma visão contrária à produção estigmatizada do tecido urbano, uma vez que a brincadeira não contribui com o sistema do capital.

Tais ambientes destinados ao brincar estimulam na criança componentes fundamentais para a sua formação. Seja pela imaginação, pela criatividade, os pequenos desfrutam nesses espaços do convívio social e vislumbram sua participação na cidade. Além disso, entram em contato com um ambiente projetado para eles, de acordo com suas necessidades e anseios.

Dessa forma, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo 6 parques construídos em ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-PE) na cidade do Recife através de um projeto de uma organização sem fins lucrativos chamado “Ideias para Parques Infantis”, do inglês, *Playground Ideas*. Tal processo ocorreu entre os anos de 2022 e 2023, sendo desenvolvido de forma colaborativa com

estudantes, arquitetos e moradores das ocupações, por meio do Setor de Arquitetura do movimento em questão.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de criação e execução desses parques. Já como objetivos específicos, está proposto: investigar os processos participativos através do brincar e da luta por terra; registrar o planejamento e construção dos parques pelo MTST; contextualizar teoricamente a experiência de materialização do projeto e avaliar o processo de materialização e apropriação dos parques com olhar crítico.

Como procedimento metodológico, estão presentes dois momentos: a pesquisa e a análise. No momento da pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico de autores que irão contribuir com o trabalho como Henri Lefebvre, Guilherme Boulos e Jane Jacobs. A partir disso, foi feita uma esquematização desses escritores através de resumos e fichamentos. Com esse encaminhamento, também é vista a contextualização a partir da prática experienciada na construção dos parques.

Já o momento colocado como analítico, refere-se à realização de um estudo de caso relatando a experiência da construção dos parques através dos registros de todo o processo até o fim da construção, contextualizando teoricamente. Para isso, foi feita uma sistematização dos dados coletados durante o processo de materialização dos parques, ou seja, uma organização dos registros fotográficos, relatórios e do projeto arquitetônico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

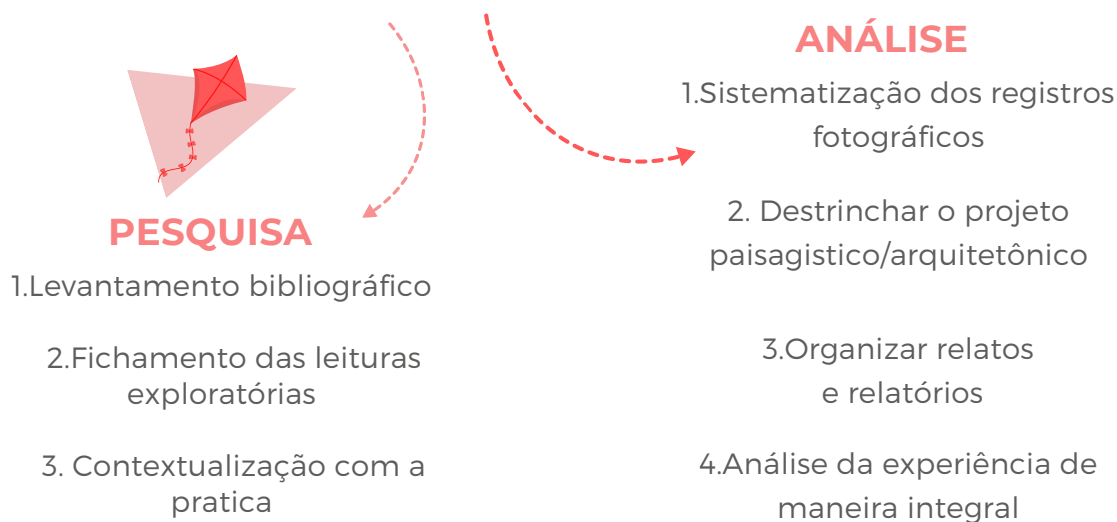
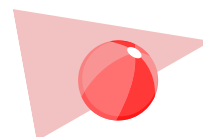


Gráfico 01 - Explicação do método e seus procedimentos metodológicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É preciso salientar que a autora deste presente trabalho acompanhou de perto o objeto de estudo da pesquisa, tratando-se, dessa forma, de uma pesquisa participante. Assim, o pesquisador se encontra imerso no seu meio de investigação, sendo a sua experiência também uma fonte para a pesquisa. Ademais, “a pesquisa participante configura-se como um componente político, possibilitando discutir a importância do processo de investigação, tendo como perspectiva a intervenção na realidade social”(GALERA, 2019,p.26).

Para uma melhor organização da pesquisa, foi feito um cronograma que envolve uma etapa de pesquisa e sistematização de dados, outro momento destinado à escrita e produção do trabalho em si e também uma revisão do que foi feito. Esse processo foi realizado entre dezembro de 2022 e setembro de 2023, no decorrer de dois períodos da graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Como justificativa, o trabalho de conclusão poderá servir como base para outros arquitetos e urbanistas na construção de projetos participativos e autogestionados ao explicitar as dificuldades, os erros e os acertos ao longo do processo de elaboração dos parques. Além disso, é de extrema

importância relatar experiências como essa no meio acadêmico, trazendo as problemáticas dos espaços urbanos na prática.

Tendo em vista o que foi posto, o presente texto está distribuído em dois capítulos. Na parte inicial do capítulo chamado “Conceituando a brincadeira e a luta pela terra”, serão investigadas as questões sobre a luta pela terra e moradia, fazendo um recorte para a realidade brasileira. Dessa forma, será demonstrada a história de alguns dos principais movimentos no país que buscam por habitação e território, entendendo também a lógica do capital como uma das fundamentais geradoras desses conflitos, que ocorrem tanto na cidade quanto no campo.

Em um segundo momento do capítulo, busca-se compreender sobre como os espaços lúdicos são importantes para a formação das crianças e também para o bom funcionamento das cidades. Assim, é visto o poder transformador do brincar como uma maneira de subverter uma lógica dominante de construção das cidades, através da perspectiva do lúdico e imaginário que esses locais despertam.

Já no capítulo intitulado de “Construindo os parques”, é abordado sobre o processo de materialização dos espaços lúdicos em si, por meio de um olhar da pesquisa participante. Nesse momento, será descrita a metodologia utilizada para construção dos parques desde a organização interna da então Brigada de Arquitetura do MTST, passando pelo entendimento dos moradores para o local e a estruturação do parque em si.

É importante ressaltar que o uso da nomenclatura “parque” nesta monografia não está visando seguir um parâmetro de classificação espacial. Na verdade, esse termo está sendo utilizado para buscar uma coerência com a prática no campo, uma vez que é dessa forma que as famílias que utilizam o espaço se referem a ele. Além disso, termos como espaços lúdicos, parques infantis e *playgrounds* restringem o significado desses locais para a comunidade que os utilizam devido a diversidade de usos que tais ambientes adquiriram, como veremos ao decorrer do texto.

Dessa forma, a partir de um conceituação histórica e teórica, será realizada uma análise da construção dos parques através dos relatos e registros feitos durante o processo. Além disso, buscou-se integrar a prática com a teoria, identificando os meios de interligação entre os dois âmbitos.



CONCEITUANDO A BRINCADEIRA E A LUTA PELA TERRA

1.1 A luta pela terra e moradia no Brasil

Os conflitos ligados à terra têm sido uma constante na história da humanidade, sendo uma manifestação complexa de disputas territoriais que abrangem uma diversidade de contextos. A terra tem sido um recurso de valor inestimável, tanto por suas riquezas naturais quanto pelo seu potencial de produção agrícola e habitacional. Esses conflitos, frequentemente marcados por tensões, violência e impasses legais, ecoam as questões fundamentais de propriedade, acesso à terra, e desigualdade social. Assim, o espaço traz consigo as dinâmicas sociais estabelecidas na coletividade, como um reflexo da sociedade em que ele se insere.

Segundo Henri Lefebvre (1901-1991), renomado filósofo e sociólogo francês, o espaço é a “projeção da sociedade sobre um local”(LEFEBVRE, 2008, p.62). Sendo assim, o espaço não é apenas um produto físico ou uma entidade neutra, mas é moldado e significado pelas ações e interações humanas. Ele vê o espaço como um produto social, resultado das práticas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade em um determinado momento histórico. Nesse sentido, o espaço reflete as relações de poder, as hierarquias e as ideologias dominantes da sociedade que o cria.

Além disso, o autor também entende que o espaço é palco para a luta de classes¹ (LEFEBVRE, 2011). A luta de classes é vista não apenas como uma dinâmica econômica entre diferentes grupos sociais, mas também uma batalha pelo controle e apropriação do espaço. Em seu livro “O direito à Cidade”, Lefebvre coloca que as classes dominantes exercem controle sobre o tecido urbano, determinando como as cidades são planejadas, construídas e utilizadas. Isso muitas vezes resulta na exclusão e marginalização das classes trabalhadoras e mais pobres, que têm acesso limitado aos recursos e oportunidades urbanas.

Tendo esse contexto em vista, torna-se interessante analisar a história da luta por terra no Brasil. Dentro dessa conjuntura, é visto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi um dos movimentos sociais mais importantes para a memória do país nesse âmbito. Porém, a luta por terra no país é muito mais ampla e compreende vários agentes que marcam

¹ A luta de classes, conceito fundamental no trabalho do sociólogo Karl Marx (1818-1883), também está presente na produção de Lefebvre. Como coloca o Autor, "A cidade replica a essa ação da senhoria da terra e é uma luta de classes que se desenrola, ora latente, ora violenta." (2011, p.74)

a história como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Para começar esse debate, é preciso entender que “a alta concentração fundiária é, no Brasil, a causa histórica mais importante dos conflitos agrários”(PERDIGÃO; SAUER, 2017, p. 249). Tal constatação se inicia nos tempos do Brasil enquanto colônia e foi agravada com iniciativas governamentais como a Revolução Verde na ditadura militar (1964-1984), a qual se tratava de um plano econômico que visava um aumento na produção agrícola através da modernização no campo da agricultura. Esse plano beneficiou as grandes propriedades e intensificou a concentração de terras para poucas pessoas através de grandes investimentos e concessões de crédito para latifundiários, contribuindo também para o êxodo rural de milhões de pessoas. (*idem*)

Esses movimentos históricos, favorecem a concepção do agronegócio em uma lógica exploradora e nociva ao meio ambiente, não sendo apenas um processo de desenvolvimento econômico. É criada uma aliança de poder entre os representantes na política e a posse de terras pelo agronegócio. Uma materialização desse fato nos dias de hoje é a presença da bancada do agronegócio na câmara dos deputados. São 251 dos 513 deputados² que aprovaram medidas em favor desse estilo de agronegócio predatório, somando 49% do total . Diante disso, é visto que as medidas que beneficiam uma parcela privilegiada da população que é detentora de grandes lotes de terras sempre tenderão a ser aprovadas.

Outra questão que também favorece essa compreensão do poder político influenciando sobre o espaço é o marco temporal. Segundo a Agência Câmara de Notícias (2023), o “Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.” . Atualmente em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, milhares de indígenas e quilombolas aguardam por essa decisão judicial que pode transformar sua vida.

²Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53910>. Acesso em: 10 ago. 2023

É preciso lembrar que as reivindicações da luta por terra abrangem mais do que uma busca por acesso e controle dos meios de produção (SAUER; PERDIGÃO, 2017). Há, na verdade, uma formação de atores políticos e sociais que modificam essas áreas rurais na busca de uma construção de territórios. Segundo os autores, a palavra território vem com o sentido de pertencimento e distante de uma visão mercadológica.

A ideia de território está muito ligada à luta dos povos indígena, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. Esses espaços são simbólicos e identitários para os grupos étnicos que os ocupam, representando uma grande importância histórica que é materializada espacialmente. Tratam-se de comunidades em que seu modo de vida e suas relações socioculturais interagem profundamente com o espaço que os circunda.

Nesse contexto, faz-se necessário buscar pelo significado do termo “terra”, ele pode ser caracterizado como um espaço com potencial produtivo de acordo com o viés jurídico, diferenciando-se do conceito de território:

Consequentemente, a hermenêutica constitucional e a prática jurídica, enfatizando relações além das leituras dominantes sobre produção, têm reconhecido uma produtividade, diferenciação entre as noções de terra (vista apenas como um meio e local de produção) e de território (como um lugar ou terra de identidade, de auto reconhecimento e ou de ocupação histórica). Tal distinção não é apenas conceitual, mas provê significados diferentes para as lutas por terra (muitas vezes vistas apenas como ocupações de terras improdutivas), para os direitos territoriais e para as resistências das comunidades tradicionais (SAUER, 2010, p.298 apud SAUER; PERDIGÃO,2017,p.249).

Apesar disso, é importante lembrar que mesmo com essa visão definidora, não é interessante reduzir o conceito de “terra” apenas à glebas³ ou ao potencial meio de produção. Para compreender melhor essa conceituação, traz-se um trecho da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada em Genebra em 1989 e promulgada em decreto no Brasil no século seguinte. No Artigo 13º é visto que “O uso do termo terras (...) incluirá o conceito de territórios, que abrange todo o

³Glebas são, geralmente, grandes espaços de terra onde não há loteamento.

ambiente das áreas que esses povos ocupam ou usam para outros fins”. (OIT, 2011) Essa definição mais abrangente vai ser utilizada no presente trabalho.

Tendo em vista essa conceituação, volta-se para a história. Vemos que houveram importantes marcos na trajetória política do Brasil na luta por terra. Um deles é a Lei de Terras, promulgada em 1850. Nela, é colocado que as terras de propriedade da coroa portuguesa só poderiam ser obtidas através da compra e venda. Essa lei fez com que os antigos escravizados, camponeses imigrantes e trabalhadores no geral não tivessem acesso a essas terras devido à baixa remuneração que recebiam. É, assim, concretizada a ideia de “propriedade excludente”, como explica a professora Izabella Galera no trecho abaixo:

A Lei de Terras determinou o preço da terra para os posseiros (a classe rural mais abastada), entretanto desconsiderava as pequenas propriedades, de roçado simples, não incluindo na negociação para a aquisição desses locais quem não se enquadrava no perfil de “pessoas de bem”. Dessa forma, preservou uma estrutura de propriedade excludente, que passa a adquirir valor e renda para os seus “proprietários” e afasta a terra de sua função de ser meio de subsistência. (GALERA, 2019, p. 45)

Na metade do século seguinte, é fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no ano de 1963. Após décadas de luta através de organizações como as Ligas camponesas (Pernambuco) e Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER, sul do país), a CONTAG é criada de forma a unificar essas ações e gerando, pela primeira vez, uma entidade sindical camponesa de nível nacional. Além disso, ela foi legalmente reconhecida em decreto presidencial um ano depois de sua criação, demonstrando a força dessa conquista para a luta pela terra no país. A reforma agrária era a principal reivindicação da Confederação. (FETZNER *et al*, 2003)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), datada de 1975, nasce ligada à Igreja Católica durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia que foi organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Apesar disso, tinha caráter ecumênico, recebendo trabalhadores de diferentes crenças. Ações como essa se enquadram na chamada Teologia da Libertação

e contam com expoentes como Leonardo Boff e Frei Betto. Essa corrente busca a libertação dos oprimidos através de uma visão socioeconômica da fé cristã. É importante lembrar que essa visão do cristianismo predominou majoritariamente na América Latina, durante regimes autoritários como a ditadura militar no Brasil e no Peru. (LÖWY, 2016)

Com a abertura gradual da política no final da década de 70, após um enfraquecimento da ditadura militar no país, houve um aumento das mobilizações populares, resultando na construção de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse ínterim, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1984, durante o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, no Paraná. No MST, a luta é consolidada através das ocupações de terra e também com outros instrumentos como a educação dos militantes, protestos e disputas a nível legislativo. (STEDILE; FERNANDES, 2005)

Segundo João Pedro Stédile(2005), um dos fundadores do MST, “A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional.”. Para ele, o ecumenismo da Comissão foi fundamental para unir os movimentos de todo o país. Os períodos de maiores conquistas para o MST foram durante as segundas metades das décadas de 1980 e 1990, concretizadas como épocas em que houveram mais assentamentos. Apesar disso, houveram graves massacres contra os trabalhadores sem terra nesses períodos.

Foi o caso do ocorrido em Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996. No ano anterior, 3.500 famílias do movimento haviam organizado um acampamento à margem da estrada em um terreno improdutivo, próximo à Fazenda Macaxeira, no Pará. Após alguns meses, o terreno da fazenda também foi ocupado através da alegação de que o laudo que atestava a área como produtiva era falso. Foi estabelecido um contexto de negociação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST, mediado através do Instituto de Terras do Estado do Pará. Após essa conversa não dar frutos, 1.500 famílias iniciaram uma caminhada até Belém para protestar contra as promessas não cumpridas do governo e contra a demora na desapropriação das terras da fazenda.⁴

⁴Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/96-2/>. Acesso em: 01 Set. 2023.

Apesar de ter sido aberta uma nova negociação com um outro mediador, a conversa foi cancelada um dia após seu início. Assim, os trabalhadores retornaram à bloquear estradas, agora no município de Eldorado dos Carajás. As pessoas que protestavam foram cercadas por 155 policiais, a mando do secretário de Segurança do Pará Paulo Sette Câmara, culminando na morte de 21 sem terra e outros 56 feridos. Esse episódio bárbaro chocou o país e gerou uma série de protestos como a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária que ocorreu uma ano após o triste e revoltante acontecimento.⁵



Figura 01: Corpos dos sem-terra velados em Curionópolis, no Pará, em 1996 Fonte: Sebastião Salgado⁶

⁵ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/96-2/>. Acesso em: 01 Set. 2023.

⁶ Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1730492202161497-terra-de-sebastiao-salgado-completa-25-anos> Acesso em: 20 ago. 2023



Figura 02: Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, 1997 Fonte: Pesquisa de imagens Arquivo e Memória MST

Como uma luta de massas, o movimento em questão abrange três características principais. Ser um movimento popular, que busca valorizar e dar voz aos trabalhadores do campo e que também está aberto para pessoas de outras profissões somarem com a luta. Em segundo plano, há o componente sindical no sentido corporativo, além do componente político que foi fundamental para a manutenção do movimento ao longo dos anos. (STEDILE; FERNANDES, 2005)

“O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. Qualquer movimento camponês que restringir sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso.” (STEDILE, 2005, p. 35)

Ao longo dos anos, o MST obteve muitas vitórias. Um exemplo é o prêmio internacional Esther Busser Memorial Prize no ano de 2021, através da agência multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷. Tal conquista

⁷ Fonte disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/10/20/mst-vence-premio-internacional.htm>. Acesso em: 25 Jul. 2023.

veio a partir do seu trabalho de combate à fome e à injustiça social que ocorreu durante a pandemia e também nos anos anteriores. Visto isso, é intrigante ver que um movimento com uma causa justa e premiado internacionalmente é perseguido politicamente. Mesmo tendo a maior produção de alimentos chave para o país, como no caso da produção de arroz orgânico, que é considerada a maior em toda a América Latina⁸, o movimento está sendo investigado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A CPI que tem como relator Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente do ex-presidente Jair Bolsonaro e investigado por cometer uma série de crimes como a exportação ilegal de madeira⁹ durante o seu ministério. Analisando a origem da comissão, ela surge por uma pressão dos ruralistas que se veem prejudicados com as ocupações em suas grandes propriedades improdutivas, ações que eles chamam erroneamente de invasões. Futuramente, veremos a impropriedade de tal afirmação.

É fato que para além das ocupações, há outros meios de luta e outros sujeitos envolvidos. A resistência indígena e quilombola também deve ser reconhecida. Ademais, a luta na esfera política é essencial para a manutenção desses movimentos, como já foi citado acima. Durante o final da década de 80, estava se discutindo a elaboração de uma nova Constituição para o país e os movimentos sociais buscaram participar ativamente do processo. Ficou estabelecido, por exemplo, que “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”(artigo 184, CF/88).

Ademais, como há diferentes meios de luta, também há diferentes tipos de propriedades e posses que atendem melhor a cada tipo de necessidade. Como explica Sérgio Sauer e Felipe Perdigão (2017), há propriedades coletivas, posse permanente, uso comum temporário por safra, uso coletivo e ainda unidades de preservação ambiental.

Além da luta por terra travada no campo que se caracteriza, principalmente, com a ocupação de terrenos onde há potencial produtivo e

⁸Fonte disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/09/01/mst-maior-produtor-de-arroz-organico-do-brasil-movimento-vive-dificuldades-para-comercializar-o-grao.ghtml>. Acesso em: 26 Jul. 2023.

⁹Fonte disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-ministro-do-meio-ambiente-ricardo-salles-vira-reu-por-exportacao-ilegal-de-madeira/>. Acesso em: 26 Jul. 2023

que podem participar da reforma agrária, há também a luta por moradia que é travada tradicionalmente nas cidades que pode ser chamada de luta pela terra urbanizada. As duas lutas não se excluem e, na verdade, se somam há uma busca por acesso mais igualitário ao trabalho e à moradia em um país historicamente desigual.

Para compreender as disputas por espaço em meio urbano no Brasil, também é necessário entender a história de desenvolvimento das cidades. O professor Guilherme Boulos em seu livro “Porque ocupamos?”, elucida algumas questões sobre a luta por terra nas cidades através da sua contribuição no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento que ele faz parte desde 2002. Na primeira metade do século passado, a maioria da população vivia no campo e o processo de industrialização ainda estava durante o seu começo. Desde esse tempo, os trabalhadores urbanos tinham condições de vida péssimas nas antigas vilas operárias. A primeira luta significativa por moradia ocorreu ainda na década de 1910 com a Liga dos Inquilinos, os sem-teto organizaram uma greve de aluguéis devido aos altíssimos valores cobrados pelos proprietários. Já durante a década de 1940, nas grandes cidades a maioria dos trabalhadores moravam nas áreas centrais e não nas periferias da cidade. A partir do crescimento da população urbana, a burguesia organizou um projeto para tirar os mais pobres do centro e colocar nos bairros mais afastados, isso tudo com uma volta econômica para eles, claro. Acompanhando a história de São Paulo, os grandes proprietários, com apoio governamental, despejaram pessoas das favelas e elevaram o valor cobrado pelos aluguéis. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, criaram loteamentos ilegais nessas áreas periféricas e os venderam para os trabalhadores. (BOULOS, 2012)

Entrando nesse recorte histórico e local, tem-se a favela do Canindé em São Paulo que existiu entre os anos de 1948 e 1961 no bairro de mesmo nome. A vivência nesse espaço foi documentada pela escritora mineira Maria Carolina de Jesus em seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”. Para expor como era a realidade de desigualdade social a partir de sua experiência na favela, Carolina faz o seguinte relato.

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p.37)

Após essa criação e venda desses lotes clandestinos, o governo colocava a infraestrutura de linhas de ônibus, por exemplo, que garantia a chegada das pessoas ao trabalho, mas não garantia acesso à água, eletricidade e sem serviços públicos de saúde e educação. Entre esses espaços e as áreas centrais, estavam espaços de terra estrategicamente sem serem loteados que, futuramente, seriam usados para especulação imobiliária. Seguindo a lógica de Boulos (2012), esse planejamento elaborado pelos donos de terra os beneficiava de 3 formas diferentes: lucro obtido através da venda de lotes, aumento no valor das áreas intermediárias e enriquecimento das regiões centrais urbanas. Tal situação só colaborou para o aumento da especulação imobiliária hoje em dia, com a supervalorização do preço de venda e aluguel dos imóveis, fazendo com que as pessoas mudem cada vez mais para longe.

As pessoas, sobretudo os trabalhadores, são dispersadas, distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social, cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social mas, ao contrário, uma deterioração da vida social.

(LEFEBVRE, 2008, p.149)

Ainda segundo Boulos (2012, p. 32) , há uma aliança entre o capital imobiliário e o Estado. “Funciona assim: os políticos precisam de dinheiro para financiar suas milionárias campanhas eleitorais e permanecerem no poder. Os empreiteiros precisam de favores dos governos para lucrarem mais e mais”. Esse acordo faz com que a cidade seja desenhada pelo interesse de poucos em detrimento da maioria do povo. A contratação de obras estatais, alteração na legislação e despejos em locais de interesse são algumas formas que essas empresas imobiliárias conseguem em articulação com o Estado.

Com essa estruturação da cidade, a habitação vira mercado e a construção civil se mostra como um setor primordial na economia, gerando, inclusive, crises internacionais. Aí que entra o conceito lefebvriano de

economia política do espaço, para o autor, “A subordinação do espaço ao dinheiro e ao capital acarreta uma quantificação que se estende da avaliação monetária e da comercialização de cada lote, ao espaço inteiro.”(LEFEBVRE, 2008, p.153)

Um dos pontos cruciais para se entender as problemáticas da habitação no Brasil é por meio do déficit habitacional.¹⁰ De acordo com dados reponderados apresentados pela Fundação João Pinheiro em sua última pesquisa no ano de 2019, o déficit habitacional quantitativo¹¹ no país é de 5.964.993 habitações. As regiões mais críticas do país são o sudeste e o nordeste que somam 69% da quantia.

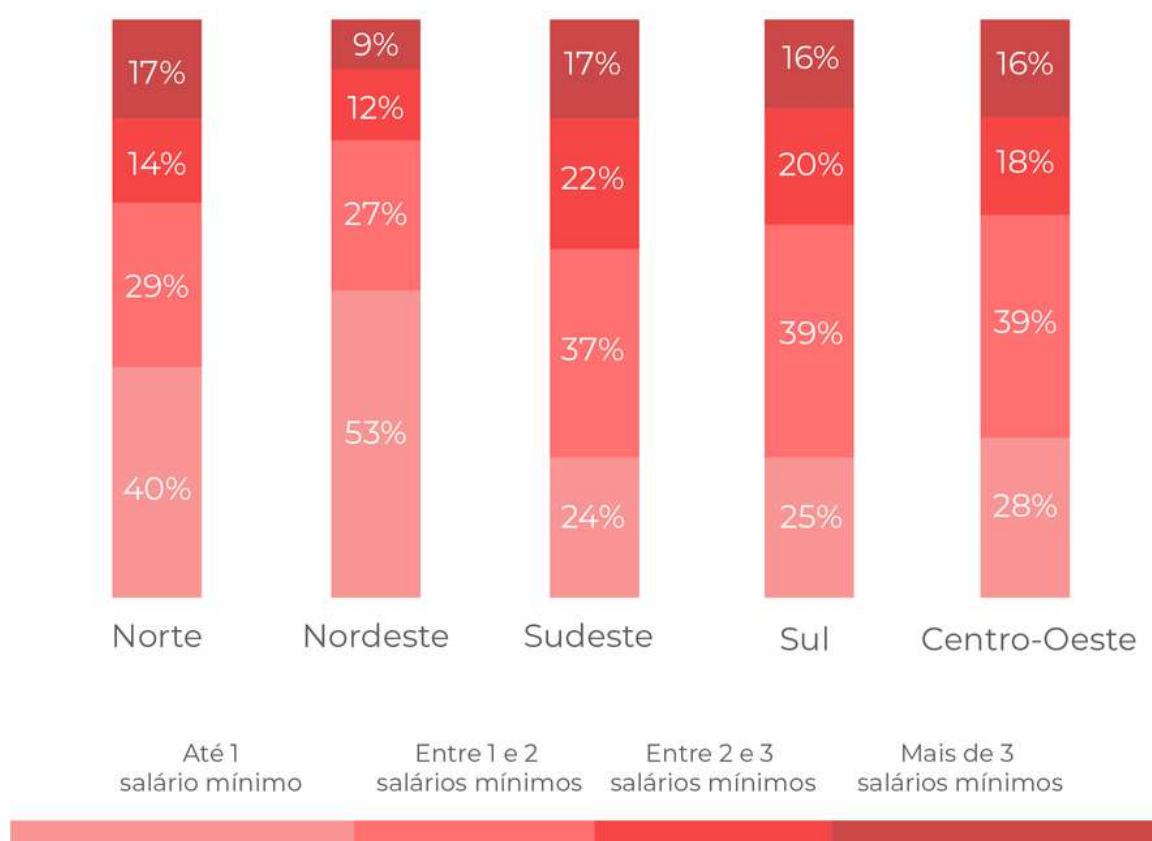


Gráfico 02 -Participação das faixas de renda no déficit habitacional das regiões. . Fonte: IBGE 2016-2019 apud Fundação João Pinheiro , com intervenção autoral (2023).

¹⁰ Metodologia de análise proposta por Boulos e atualizada com novos dados para o presente texto.

¹¹ Dados reponderados em 2021, disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1y0c_oDcNpcq29fJyPAA4jtjDTAzij2MW/edit?usp=sharing&ouid=104381820996905888402&rtpof=true&sd=true. Acesso em: 30 Jun. 2023.

Esse valor total é obtido através da soma do número de habitações precárias (domicílios rústicos e improvisados), coabitação¹² e ônus excessivo com aluguel. Esses dados demonstram que 8,4% das famílias brasileiras estão com sérias dificuldades em conquistar um direito básico e previsto na legislação através do artigo 6 da constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (artigo 6º, CF/88)

Habitação precária: 1.482.585 (25,2%)	Domicílios rústicos: 696.849 (11,9%)
	Domicílios improvisados: 785.736 (13,4%)
Coabitação: 1.358.374 (23,1%)	Unidades domésticas conviventes: 1.261.407 (21,5%)
	Domicílios cômodos: 96.968 (1,7%)
Ônus excessivo com aluguel: 3.035.739 (51,7%)	

Gráfico 03 - Componentes e subcomponentes do déficit habitacional.

Fonte: Fundação João Pinheiro (2020), com intervenção autoral (2023).

Os dados apresentam também a grave desigualdade social que existe no Brasil uma vez que a maioria das famílias que estão numa situação precária de habitação possuem renda mensal de menos de 2 salários mínimos. Como é possível um país de dimensões continentais não ter

¹² Coabitação é a situação de habitação em que mais de uma família divide o mesmo espaço.

habitações dignas para milhões de famílias? Como é possível um país com uma das maiores produções de alimentos do mundo ter 10 milhões de pessoas passando fome?¹³ Essas questões só podem ser entendidas através da visualização da desigualdade social no Brasil.

A quantidade de imóveis vazios no país é outro índice que vale ser analisado. Segundo dados do IBGE do censo realizado em 2022, há 11,4 milhões de casas e apartamentos vagos em todo território nacional. A partir desse dado pode-se chegar a muitos entendimentos sobre o mercado imobiliário, um deles é a prática comum da especulação imobiliária.¹⁴ Ainda segundo a constituição, toda propriedade deve cumprir uma função social, ou seja, deve ter algum uso para o imóvel como comercial, habitacional, institucional, etc.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade (...) Constituição Federal de 1988

O artigo 170 da Constituição Federal mostra uma dinâmica entre a propriedade privada e a função social da propriedade. A propriedade privada é um direito constitucional desde que se manifeste sua função social. Sendo assim, o direito à propriedade só pode ser exercido se estiver alinhado ao interesse coletivo. Desse modo, as pessoas que utilizam os imóveis como reserva financeira ou aplicam a especulação imobiliária estão tendo uma atitude ilegal, agindo contra a legislação vigente no país.

Esse fato demonstra a inversão de culpa que é disseminada em alguns meios, inclusive pela mídia e como vem sendo feito através de Comissões Parlamentares que buscam criminalizar movimentos sociais que lutam pela terra. A pessoa que participa de uma ocupação está em busca do seu direito constitucional e não cometendo um crime. Nessas circunstâncias, quem

¹³Dado retirado da pesquisa realizada pela *The State of Food Security and Nutrition in the World* em 2023

¹⁴Especulação imobiliária pode ser definida como a prática da compra de imóveis não para uso imediato, mas para a venda em um futuro em que o imóvel esteja com seu valor de mercado valorizado. Dessa forma, se compra o imóvel por um preço e se vende com um valor muito mais alto.

comete crime¹⁵ são os donos de grandes terras improdutivas e que não cumprem função social.

Outro entendimento que nós temos é que, se há 5.964.993 famílias com insegurança habitacional e 11,4 milhões de imóveis vagos, temos uma grave problemática. Parafraseando Boulos (2012, p. 17), “Há mais casas sem gente do que gente sem casa” . Fazendo uma proporção, é quase o dobro o número de famílias para espaços vazios. Isso mostra que, teoricamente, o problema habitacional poderia ser sanado sem construir uma habitação.¹⁶ Obviamente, diversos entraves econômicos não permitem que essa ação seja feita.

Como uma proposta de sanar esse déficit habitacional, o governo brasileiro investiu, e ainda investe, em programas habitacionais. Uma das primeiras iniciativas foi o Banco Nacional da Habitação (BNH) que foi realizado durante o período do golpe militar através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Durante um momento de instabilidade política e econômica, essa proposta veio como um impulso para a contratação de mão de obra e para o mercado da construção civil. Além disso, é visto que atender a população mais pobre nunca foi o foco desse programa de habitação, dirigido para faixas de renda mais elevadas, principalmente a partir da segunda fase do programa. (OLIVEIRA, 2014). É Visto que “o BNH, que de início era voltado a uma política social com intuito de reduzir o déficit habitacional existente, passou a assumir funções econômicas de estímulo ao capital privado.”(*idem*)

Após uma crise interna do setor habitacional, o BNH foi incorporado à Caixa Econômica Federal em 1986, considerando assim o fim desse programa habitacional. Após tentativas de algumas políticas habitacionais pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o próximo programa só surgiu mais de 20 anos depois, durante o mandato de Lula. O pacote habitacional “Minha Casa Minha Vida” surgiu em 2009, como uma maneira de somar com as ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). (OLIVEIRA, 2014)

¹⁵ No caso, crime aqui vem no intuito do termo “ilegal”. O ato de deixar terras sem função não é crime punível, mas não está de acordo com a constituição vigente, sendo contra a lei.

¹⁶ É fato que muitos imóveis precisariam de reparos para poderem ser habitados, mas grande parte desse número são de propriedades bem conservadas segundo dados do próprio IBGE.

Para compreender melhor esse novo programa, faz-se necessário analisar o contexto socioeconômico global daquele momento. Após a explosão da crise econômica de 2008, o mercado imobiliário mundial teve uma queda abrupta nos seus investimentos. Dessa forma, o MCMV veio em 2009 com a proposta de injetar bilhões de reais dos recursos públicos em empresas privadas do capital imobiliário. Essa movimentação atraiu empresas do mundo todo, fazendo com que a maioria das ações financeiras na área sejam de estrangeiros. (BOULOS, 2012)

Apesar do MCMV ampliar a parcela de construção de moradias para o público de baixa renda, buscando atingir a base da pirâmide, os agentes privados privilegiam famílias com renda entre 3 a 10 salários mínimos. Além disso, a maioria dos conjuntos construídos estavam em regiões muito periféricas com pouca infraestrutura e com habitações muito menores que o desejado. (OLIVEIRA, 2024).

Comentando sobre o MCMV, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na abertura do 81º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC) no Rio de Janeiro em 2009 que “a democratização do acesso à casa própria é um dos pilares da reconciliação entre desenvolvimento econômico e inclusão social.” (Biblioteca da Presidência da República, 2009). Com essa linha de pensamento, o presidente que esteve à frente do projeto afirma que existia um acordo entre os detentores de capital e os trabalhadores, beneficiando ambas as partes, uma vez que haveria um grande lucro para as construtoras e as pessoas que têm dificuldades em comprar casas teriam onde morar.

Porém, a verdade é que, tanto no caso do MCMV, quanto no BNH, não houve uma quebra na lógica do capital. No programa realizado no governo Lula, não havia riscos para os capitalistas, uma vez que os compradores já eram garantidos e o governo quem entraria com o financiamento. Esse processo, invés de combater a lógica da moradia como mercadoria, gerou um aprofundamento dessa visão.

Enquanto não se combater a especulação imobiliária, que faz valorizar artificialmente o preço dos terrenos e, assim, joga os mais pobres para mais longe e sem garantir outras condições básicas de vida (infraestrutura, lazer, etc), não se pode falar em moradia digna. (BOULOS, 2012, p.23)

Olhando através de uma abordagem lefebvriana, pode-se dizer que esses mecanismos aplicados pelo Estado apenas fortaleceram o valor de troca em detrimento do valor de uso. Entendendo-se que “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’” (LEFEBVRE, 2011, p.135).

Dessa forma, o valor de uso da moradia está relacionado com suprir a função da subsistência, do abrigo, ou seja, uma necessidade básica do ser humano: ter um local digno para morar. Já o valor de troca está resumido no preço a ser pago pelo lote ou pela construção, se tornando cambiável e um ativo para o setor da construção civil que é considerado um dos serviços com maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) de todo o país.

A partir dessa leitura socioespacial da habitação, pode-se ver como o Estado intervém nesse sistema e nas alianças que faz com as forças econômicas. Com base no que foi analisado anteriormente, entende-se que essa instituição sempre tende a beneficiar uma elite em detrimento da base trabalhadora. Apesar disso, é preciso entender que o Estado é uma “instância de poder essencialmente heterônoma”. (SOUZA, 2012, p. 68).

Ou seja, é uma instituição composta de uma variedade de forças e atores que, conseqüentemente, têm opiniões distintas e agem de acordo com suas premissas. Ademais, apesar de ser uma instância tradicionalmente e estruturalmente conservadora de acordo com as características de sua gestão e planejamento, é visto que alguns movimentos sociais organizados podem conseguir certos avanços dependendo da conjuntura.¹⁷ Embora o Estado tenha certa flexibilidade em determinados aspectos e situações, é preciso lembrar que a tensão entre a estrutura e conjuntura do ponto de vista capitalista é conceitualmente nula. Apesar de dificultar, os movimentos sociais conseguem galgar seus progressos em algumas determinadas circunstâncias, já que “o Estado não é um monopólio sem fissuras e que, às vezes, há uma margem de manobra a ser aproveitada pelos movimentos sociais” (SOUZA, 2012, p. 77)

¹⁷ É preciso comentar que a conjuntura é um recorte de um momento específico, sob o viés da economia e da política, e a estrutura reflete uma parcela temporal muito mais duradoura e imutável.

Colocando em contraponto os movimentos sociais, vemos que eles têm características organizacionais muito distintas de uma estrutura governamental. Muitos deles, se encaixam no conceito de autogestão na qual os próprios trabalhadores pretendem se emancipar e mudar sua realidade a partir de sua própria obra. Esse conceito também está ligado ao de autoplanejamento, sendo a autogestão voltada ao presente e o autoplanejamento se tratando de um olhar sobre o futuro. Junto a isso, há também a diferença na hierarquia dessas duas organizações. Enquanto o estado tem uma ordenação vertical em que há uma ideia muito demarcada de subordinação, muitos movimentos sociais com viés emancipatório buscam por estruturas mais horizontais nas quais há um caráter antiautoritário.(SOUZA, 2012)

A verdade é que, muitos movimentos mesclam estruturas horizontais com estruturas verticais em sua gestão. Um exemplo dessa mescla organizacional, é o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), que nasceu em São Paulo em 1997, tendo origem na luta do campo com o MST. Tal movimento tem como seu principal instrumento de luta as ocupações feitas nas cidades em terrenos onde não estão sendo cumpridas as premissas da legislação brasileira.

Antes de continuar, é preciso fazer uma diferenciação entre MST e MTST. O MST, já mencionado anteriormente, atua no campo e tem como uma das principais pautas a reforma agrária. Ele busca uma distribuição menos desigual das terras e um espaço para, além de habitar, cultivar a terra e tirar seu sustento. Já o MTST, atua nas cidades e tem como principal pauta a luta por moradia. Os sem-teto são compostos massivamente de trabalhadores que, mesmo tendo seus empregos, não conseguem manter os custos dos altos aluguéis urbanos.

Tendo isso em vista, os sem-teto lutam pelo cumprimento da função social da propriedade prevista nos artigos 5º e 170º da constituição federal,¹⁸ comentado no presente texto. Dessa forma, quem ocupa terrenos improdutivos na cidade está buscando um direito constitucional, e não

¹⁸No Art. 5º, é visto que "(...) XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social (...)" Constituição Federal de 1988

cometendo um crime, como é amplamente e incorretamente divulgado pela mídia.

É preciso diferenciar o ato de ocupar do de invadir. O ato de ocupar presume que o terreno não está sendo utilizado, ou seja, está desocupado. Dessa forma, esse espaço está ilegal ao não cumprir a Constituição e a ocupação é uma forma de legitimar o que diz a lei. Já uma invasão, seria, por exemplo, apossar-se de uma propriedade de alguém com moradores ou com o usos para fins comerciais. Esse tipo de ação não faz parte da conduta do MTST.

Como colocado pelo professor Marcelo Lopes de Souza (2012, p. 73), o movimento possui uma “sensibilidade planejadora” . Para se realizar uma ocupação em solo urbano,¹⁹ é feita uma pesquisa prévia das áreas vazias da cidade pelos próprios integrantes do movimento. Nessa pesquisa, são analisadas diversas características como o zoneamento que se enquadra aquele espaço e o seu estado fiscal, ou seja, se o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está sendo pago adequadamente ou se há dívidas perante o Estado. Muitas vezes, as dívidas relativas aos impostos são maiores que o próprio valor do loteamento.

Com esses parâmetros em vista, o terreno escolhido para a ocupação pode ser comprovado como sendo um espaço irregular perante a lei. Após essa escolha, chega o dia do ato de ocupar com pessoas que moram próximas ao local e que estão tendo sérias dificuldades para conseguir se manter em sua casa. Muitas delas moram de favor na casa de outras pessoas, em situações de habitação precárias ou pagando um valor de aluguel que inviabiliza seus gastos com serviços básicos, como alimentação.

Além do planejamento do ato de ocupar, também há um planejamento próprio para a dinâmica da ocupação. Inicialmente, são feitas ocas de lona e pedaços de madeira com números relativos a cada família presente. Após um período de estruturação da ocupação, é iniciada a construção dos barracos delimitando o espaço médio que cada um irá ficar. Para compreender melhor esse tipo de organização, será utilizada a Ocupação 8 de Março, realizada no Recife, no bairro de Boa Viagem.

¹⁹ Os seguintes detalhes de como funciona o processo de ocupação e seu funcionamento inicial tem como fonte a experiência da autora durante os anos presentes na Brigada e no Setor de Arquitetura do MTST - PE.

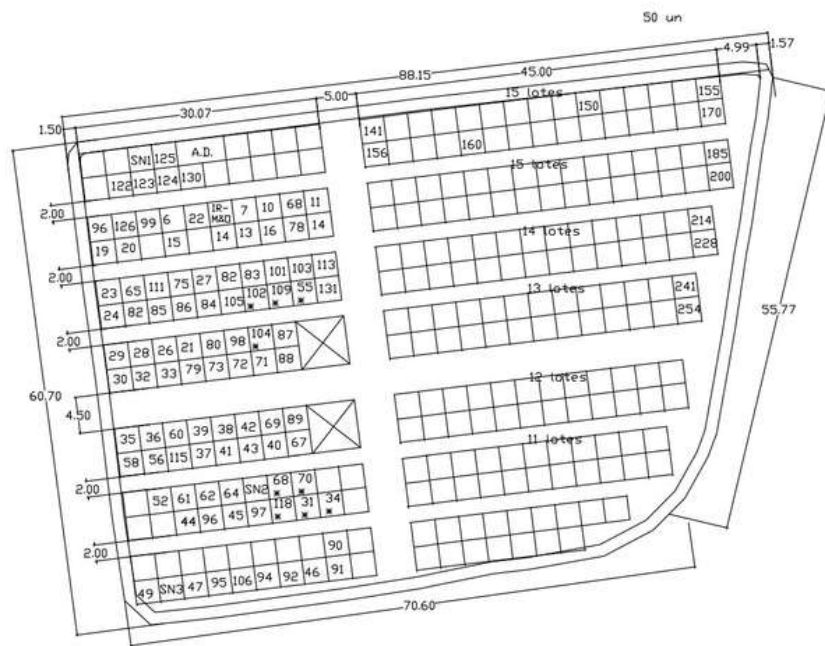


Figura 03: Distribuição interna da ocupação

Fonte: Setor de arquitetura do MTST



Figura 04: Formação de Ocas

Fonte: Paloma Luna



Figura 05: Brigada de Arquitetura acompanhando a construção dos barracos. Fonte: Setor de Arquitetura

De acordo com a quantidade de pessoas que estavam cadastradas na ocupação, foi feita uma disposição do maior aproveitamento do espaço para compreender o máximo de famílias possíveis. Após isso, são determinadas as dimensões médias para cada barraco, tendo em vista a disposição das ruas. Toda essa parte de organização do lote e sua distribuição espacial ficou como uma responsabilidade do Setor de Arquitetura do movimento.

No caso da ocupação 8 de Março, foi pensada em uma rua principal para deslocamento, de 5 metros de largura, e outras menores, de 2 metros de largura. Os barracos estão dispostos linearmente em dupla, com aberturas de portas e janelas para as ruas. Além disso, cada ocupação costuma ser dividida em G's que são os grupos. No caso da chamada 8M, há dois G's: G1 e G2. Durante o processo de construção dos barracos, o Setor de Arquitetura visitou o território diversas vezes para fazer as marcações corretas em que cada barraco deveria ficar, evitando também conflitos entre os moradores.

É importante comentar, que as ocupações costumam ter espaços como uma cozinha coletiva para os moradores e um espaço livre para a realização de assembleias. Esses espaços concentram noções de coletividade que se opõem à lógica capitalista e propõem uma nova perspectiva de vida.

A vivência coletiva numa ocupação organizada, as formas novas de apropriação do território e o engajamento das decisões e mobilizações necessárias à conquista da moradia fazem das ocupações um espaço de enfrentamento à lógica da Cidade do Capital. (BOULOS, 2012,

Além de propor um tipo de vivência diferente do sistema proposto pelo capitalismo, experimentando um estilo de vida mais comunitário no qual as decisões são tomadas em grupo, as pessoas são fortalecidas através dessa vivência e entendendo o problema da habitação como uma questão estrutural e não como algo individualizado. O militante do MTST e assistente social pernambucano conhecido como Rud Rafael, explica um pouco de como ocorre esse processo da ocupação:

Me encanta muito ver que as pessoas saíram, muitas vezes, de um espaço de isolamento, de achar que aquele era um problema só delas (...) e quando elas estão na ocupação elas invertem essa chave. Agora eu sou um sujeito político, eu tenho força, eu tenho poder. E as pessoas entendem isso na prática, na luta (SILVA, 2019)

Também é interessante comentar que a luta por moradia é sim uma pauta fundamental dentro do MTST, mas o movimento também intervém na cidade como um todo principalmente nas periferias da cidade. Ainda segundo Rud Rafael, “Muita gente acha que o MTST é um movimento de moradia. Na verdade, a gente (MTST) é um movimento territorial. A gente atua nos territórios, nas periferias.” (Silva, 2019)

Em Pernambuco, o MTST Pernambuco, ligado ao movimento nacional que tem como coordenador nacional Guilherme Boulos, chegou ao estado em 2015. Atualmente, são 8 ocupações em vários bairros da cidade. São elas: Cuca Legal, Sítio dos Pescadores, Aliança com Cristo, Fazendinha,

Pocotó, Carolina de Jesus, 8 de Março e também a cozinha solidária Vila Santa Luzia.

É importante explicar que também há outro movimento de mesmo nome que atua em Pernambuco, mas que não é ligado ao MTST nacional. Esse movimento tem uma atuação no Estado há mais de 18 anos e é filiado à outra organização que se chama União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Para facilitar a diferenciação das ocupações dos dois movimentos nos territórios, há uma distinção nas cores e na composição do logotipo que estampa as bandeiras que costumam ser colocadas à frente de cada ocupação.



Figura 06 e 07: Logo do MTST-PE ligado ao movimento nacional e logo do MTST-PE ligado à UNMP.

Fonte: Páginas oficiais de cada movimento (2023)

Como já foi falado, o movimento mescla estruturas horizontais e verticais na sua gestão. Nesse ordenamento, há muitas posições. Cada ocupação possui coordenadores próprios, mas também há a coordenação nacional do movimento, em seguida a coordenação estadual e também uma série de setores. Em Pernambuco, há 9 setores: Educação, Financeiro, Arquitetura, Saúde, Agroecologia, Comunicação, Direito, Formação e Cultura. O Setor de Arquitetura é responsável pela organização na estruturação das ocupações e também nas questões técnicas da parte elétrica e hidráulica, por exemplo. Além disso, também é responsável por organizar projetos como sistemas de captação da chuva e construções de espaços para assembleia, entre outras estruturas. Sua atuação se enquadra na assessoria técnica popular, em que a construção é orientada sob um viés técnico de um

especialista na área, seja arquiteto, engenheiro ou urbanista em habitações de interesse social. A partir de 2022, o Setor de Arquitetura de Pernambuco submeteu 6 ocupações do Recife para um projeto que visava a construção de parques infantis. O projeto com nome de Ideias de Parques Infantis, originalmente chamado de *Playground Ideas*, é o ponto de análise do presente trabalho e será retomado posteriormente.



1.2 Espaços lúdicos na formação da criança e sua inserção na cidade

Os parques infantis são espaços incluídos no planejamento urbano, junto a outros espaços públicos de uso comum na cidade como jardins, praças e parques. Neles, são postos diversos equipamentos que buscam divertir e desenvolver as crianças nas suas capacidades físicas e motoras. Além disso, a sociabilidade é uma das habilidades fundamentais que são exercidas nesses locais. São espaços onde os pequenos podem se comunicar entre pessoas da mesma faixa etária, adquirindo noções básicas do convívio social e, conseqüentemente, aprendendo a lidar com as diferenças que vão além do seu convívio familiar.

Gangorra, escorregador, balanço, gira-gira, são todos brinquedos comumente utilizados em projetos de espaços lúdicos. Ademais, o próprio espaço destinado a brincadeira também é importante para as dinâmicas infantis, proporcionando outros jogos como pega-pega, amarelinha, brincadeiras com bola e pula-corda.

Apesar de atualmente termos no planejamento urbano um espaço específico dedicado à brincadeira infantil, controlada, contida em si mesmo, nem sempre foi assim. Antes dessa concepção, as crianças costumavam brincar livremente nas ruas perto de suas casas. Os vizinhos observavam as crianças brincando nas calçadas, elas tinham uma maior liberdade de espaços para correr e se exercitar. (JACOBS, 2014)

Sendo assim, o brincar nos espaços públicos, seja da cidade ou do campo, é uma atividade comum desde os primórdios da sociedade. Essas atividades lúdicas são descritas tanto de forma escrita quanto através de imagens, como podemos ver no trabalho de artistas como Pieter Bruegel (1525/30 - 1569) e Candido Portinari (1903-1962). As figuras 08 e 09 expressam pinturas de duas épocas e estilos artísticos diferentes, mas que expressam crianças brincando ativamente em espaços livres. Os tipos de brincadeiras e jogos mudam ao longo do tempo, mas as crianças continuam brincando à sua maneira constituindo uma parte inerente ao seu desenvolvimento como é explicado por autores como Henri Wallon e Friedrich Froebel.



Figura 08: "*Children's games*" por Pieter Bruegel the Elder, 1560.

Fonte: Google arts and culture²⁰



Figura 09: "Jogos Infantis" por Cândido Portinari, 1944.

Fonte: Google arts and culture²¹

²⁰Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/children%E2%80%99s-games-pieter-bruegel-the-elder/CQEeZWQPOI2Yjg?hl=enhttps://artsandculture.google.com/asset/children%E2%80%99s-games/DQFFKfQC146ebQ?hl=pt-br>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

²¹Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/children%E2%80%99s-games/DQFFKfQC146ebQ?hl=pt-br>. Acesso em: 10 Ago. 2023

Já no século XX, as brincadeiras que eram realizadas nas ruas das cidades foram se afastando desses espaços por serem considerados hostis e perigosos. Assim, cada vez mais, essas atividades foram levadas para espaços mais controlados e que a presença de adultos é constante. Há, por exemplo, relatos de retirada de crianças pobres que brincavam nas ruas, como forma de conter o desvirtuamento juvenil. Dessa forma, a rua é vista como um espaço perigoso e ocorre um processo de contenção dos pequenos em suas casas. (MARTINHO, 2014).

Junto a essa questão, vê-se que o aumento do fluxo de carros nas cidades contemporâneas favoreceu esse afastamento intencional das crianças dessas áreas públicas comuns (MARTINEZ, 2013, p.194). Não só das crianças, mas das próprias pessoas que, como pedestres, frequentavam aqueles espaços. Assim, os parques infantis também trazem um apelo de maior segurança para a atuação dos pequenos nas cidades, em espaços isolados destinados para elas.

Essa visão de cidade com espaço público sendo um lugar hostil é muito nociva para o planejamento urbano, pois faz com que as pessoas se isolem em suas casas e locais de ordem privada como shoppings, por exemplo. Nesses locais, nem todos são bem vindos e isso abala o senso de comunidade que existe numa convivência própria dos espaços livres da cidade em que todos coexistem em suas diferenças. É fato que nem sempre essas relações são construídas de forma harmônica, como já foi colocado no capítulo anterior.

Somando à essa leitura espacial, a professora Lúcia Leitão fala sobre esse espaço excludente característico, principalmente, das cidades brasileiras. Segundo a autora, “(...)o modo como se organizou a vida urbana no Brasil produziu, espacial e psiquicamente, um ambiente urbanístico de exclusão, claramente hostil” (2009, p.1). Isso contribui para que os espaços de convivência dos adultos e de brincadeira para as crianças se concentrem em locais privados, pois o espaço urbano público é considerado violento e desprestigiado.²²

²²Segundo a autora, “As crianças brincam no playground enquanto os adultos se divertem no salão para festas ou em ambientes assemelhados, espaços onde efetivamente se dá a convivência”. (2009, p. 5)

A partir disso, os parques infantis públicos presentes nas cidades brasileiras têm o potencial de valorizar o espaço comum, historicamente menosprezado em relação aos locais de uso privativo. As crianças precisam fazer parte da urbanidade. Exercendo a ludicidade sobre o espaço, a criança contribui positivamente na reformulação desse tecido urbano e também para o seu próprio desenvolvimento através de diversas funções cognitivas, como veremos adiante no presente texto.

Ademais, é preciso analisar que a infância nem sempre foi considerada uma fase do desenvolvimento humano que tivesse certa importância. A partir de meados do século XIX, com as novas contribuições de estudos em relação à essa faixa etária, o pedagogo alemão Friedrich Froebel, criador do *kindergarten*, vem demonstrar a importância da atividade lúdica nos processos de aprendizagem, destacando as atividades realizadas em espaços abertos. (MARTÍNEZ, 2013)

Nascido na região da Turíngia, conhecida pelas suas florestas e jardins, Friedrich via as crianças na sua conexão com a natureza e o divino. As crianças são vistas como sementes, “os homens (isto é, as crianças, os germes e os rebentos da humanidade), são cultivados de acordo com as leis do seu próprio ser, de Deus e da Natureza”(FROEBEL, 1891, p.161, tradução nossa²³). Através desse olhar, ele incentivava as práticas infantis em contato com o reino natural.

Ele gostaria que a criança passasse muito tempo no jardim desde cedo, em meio à natureza ao ar livre, para que com pá, enxada e regador ela pudesse estabelecer verdadeiras relações práticas com o mundo das plantas, fazer suas próprias observações e, por meio de trabalho ativo, reunir alguma experiência de conhecimento para si mesmo e aprender a conhecer as obras de Deus. (POESCHE, 1891, p.4, tradução nossa²⁴)

²³ No original: “men (that is children, the germs and shoots of humanity), be cultivated in accordance with the laws of their own being, of God, and of Nature”

²⁴ No original: “He would have the child spend much time in the garden at an early age, amongst open-air Nature, so that with spade and hoe and watering pot he may come into true practical relations with the world of plants, make his own observations, and by activework get together some experience-knowledge for himself, and learn to know the works of God.”

Dentro dessa compreensão, Froebel estabeleceu esses espaços de área externa destinados para brincadeira ligados à formação pedagógica de crianças antes da idade escolar, ou seja, antes dos 7 anos de idade, estimulando o brincar livre e em contato com a natureza. Esses espaços estavam presentes nas escolas destinadas ao Jardim de Infância (Kindergarten, em português) e foram reproduzidas em locais de ensino em todo o mundo a partir das décadas seguintes ao estabelecimento do método por Friedrich. (MARTÍNEZ, 2013).



Figura 10: Espaço para brincar de Froebel em Blankenburg, Alemanha.

Fonte: Froebel Archive²⁵

²⁵Disponível em: <https://www.froebel.org.uk/training-and-resources/the-froebel-archive>. Acesso em: 07 Jul. 2023



Figura 11: Jardim de Infância em Los Angeles, 1900. Fonte: Revista FAMagazine²⁶

Esses primeiros locais destinados à brincadeira, localizados originalmente em integração às escolas, revelam a integração intrínseca da criança com a natureza. Esse fenômeno continua sendo analisado por pesquisadores da atualidade, tratando-se, portanto, de um conceito que continua contemporâneo. Como exemplo disso, temos a obra de Gandhy Piorski (1971-) que estuda as narrativas da criança, buscando compreender as linguagens da infância.

Para Gandhy, a conexão entre a infância e a natureza se dá através da imaginação e do sonhar. Baseando-se no entendimento de outros autores como Carl Jung (1875-1961), ele afirma que a forma como a criança se expressa está ligada à maneira em que o reino natural se manifesta, através do inconsciente. Dessa forma, os ambientes de vida natural são essenciais para a criança já que ela também se identifica nesses espaços. Ainda segundo Piorski (2016), “(...) a materialidade e a vida anímica da natureza têm a capacidade de acessar os campos simbólicos criadores da criança. Os campos que têm a energia criadora.”

²⁶ Disponível em: <https://www.famagazine.it/index.php/famagazine/article/view/324/1262>. Acesso em: 05 Jul 2023.

A partir dessa análise e observando os parques infantis da atualidade, pode-se dizer que nem sempre esses espaços se preocupam em ter a presença de locais com riqueza biológica. Muitas vezes, espaços com elementos como terra e vegetação são substituídos por locais de piso concretados e até mesmo locais reservados dentro de prédios, são os famosos *playgrounds*, muito presentes em condomínios fechados.

Além disso, os materiais dos brinquedos tendem a ser de metal ou de plástico invés de madeira, por exemplo. Isso afasta ainda mais a criança do ambiente natural que é muito mais adequado para o seu desenvolvimento, segundo as reflexões supracitadas. Também é interessante afirmar que a natureza traz experimentações diversas para a criança, a terra em si é fonte de uma variedade de interações possíveis para, principalmente na tenra idade. Essas interações livres, sem regras específicas a serem seguidas, estimulam a imaginação da criança assim como colocado por Gandhi. (PIORSKI, 2016)

As caixas de areia propostas na metodologia de Froebel e aliadas ao *Kindergarten*, também estavam ligadas a essa conexão com a natureza. Nesses espaços, as crianças poderiam, além de entrar em contato com a terra, estabelecer uma relação de grupo. Esse espaço tomou um grande destaque no período entreguerras (1918-1939), devido a sua versatilidade de formas e usos, sendo utilizado bastante nos parques infantis de Amsterdã, na Holanda. (MARTÍNEZ, 2013).

A experiência de construção de parques infantis em Amsterdã é um caso marcante para a historiografia desses espaços. Coordenados pelo Arquiteto Aldo van Eyck (1918-1999), foram construídos mais de 700 parques durante os anos de 1947 e 1978 por meio do Departamento Municipal de Obras Públicas da cidade. O planejamento e escolha do local dos parques foi feito de forma colaborativa com os moradores, gerando grande aceitação entre a comunidade. (MARTINHO, 2014).

Os primeiros parques eram realizados em lotes que estavam abandonados ou que haviam sido bombardeados durante a guerra. Dessa forma, os lotes eram ladeados por fachadas de outras edificações, dando um caráter intersticial²⁷ para o projeto. Além desse padrão comum, também

²⁷ Seria o espaço não edificado resultante do desenho do tecido urbano feito pela ordenação das edificações.

houveram espaços lúdicos em locais como parques urbanos, praças e na parte interna de habitacionais. (MARTINHO, 2014)

Essas iniciativas demonstram a importância de um olhar sensível para a criança na cidade. Ela deve ser vista como um ente participante no espaço e incluída no planejamento urbano. A partir dessa compreensão, alguns elementos devem ser levados em conta. Um deles é a proximidade entre a habitação e os parques, o que gera laços entre a vizinhança e um sentimento de pertencimento perante à comunidade.

Seguindo essa linha de pensamento, vê-se que a presença de espaços lúdicos na cidade destinados às crianças é importante para o cotidiano infantil e também para a vivacidade das áreas urbanas. A escritora Jane Jacobs, em seu livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, comenta sobre a importância desses locais no cotidiano da vivência citadina. Para a autora, esses espaços destinados à brincadeira em locais públicos, como calçadas e ruas tranquilas, contribuem positivamente para fatores como a segurança e o senso de comunidade entre as pessoas. (JACOBS, 2014)

Ainda de acordo com a autora, a atividade de cuidar das crianças tem que ser pensada através do planejamento urbano. “Parecem (os urbanistas) também não entender que espaço e equipamentos não cuidam de crianças. Estes podem ser complementos úteis, mas só pessoas cuidam de crianças e as incorporam à sociedade civilizada.”(JACOBS, 2014, p.64) Dessa forma, Jane demonstra que não é certo pensar apenas no mobiliário e nos brinquedos presentes nos parques infantis, mas também na convivência da criança com os outros atores da cidade.

Assim, os parques infantis precisam incorporar outras características importantes como locais para os pais das crianças poderem interagir com as brincadeiras e a interligação dos parques com o meio que os envolve e também a proximidade desses espaços com as residências pois, dessa forma, ele estará mais presente do dia a dia dos moradores dos bairros e trará mais movimento para a área e, conseqüentemente, mais segurança. É o conceito dos “olhos da rua” tão difundido pela autora Jane Jacobs.

Voltando para a experiência dos parques em Amsterdã, vê-se a influência de algumas correntes artísticas no trabalho de van Eyck como o

neoplasticismo do De Stijl²⁷. Alguns conceitos desse movimento artístico foram aplicados no projeto dos parques como a assimetria que buscava um equilíbrio na composição através de dinâmicas de contraste de elementos e a descentralização desses.

A esbelteza dos elementos metálicos e o seu carácter quase imaterial contrastam fortemente com a solidez dos muros mais maciços, dando origem a uma relação de equilíbrio assimétrico, em que os opostos se complementam, e que denota fortes influências do grupo neoplasticista De Stijl. (MARTINHO, 2014, p.91)

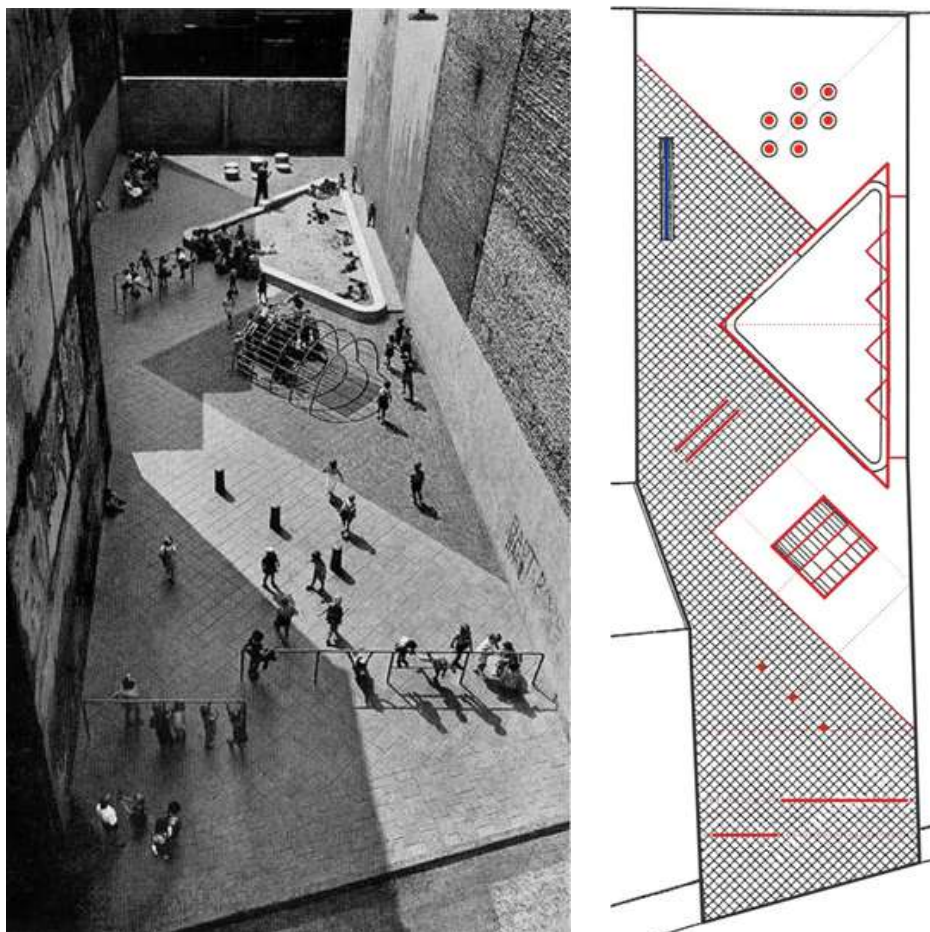


Figura 12: Imagem e planta-baixa de Dijkstraat, 1954 Fonte: MARTINHO, 2014, com intervenção autoral.

²⁸ Grupo de artistas que surgiu na Europa do século XX contemplando os ideais neoplásticos e com fortes influências do cubismo na sua produção.

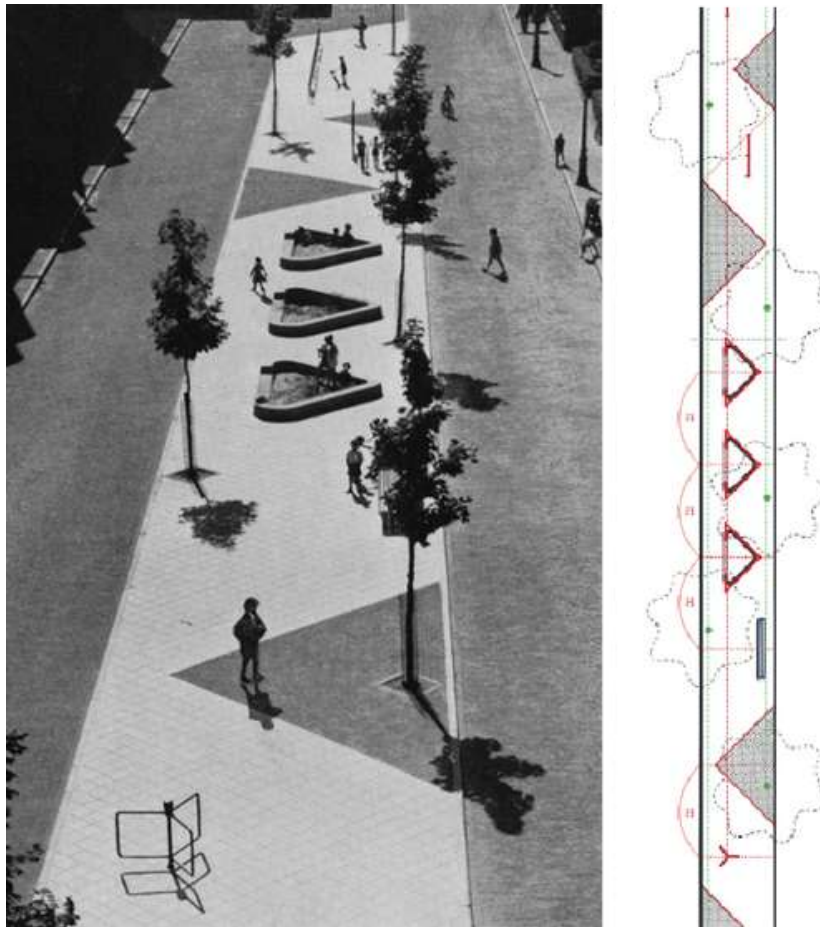


Figura 13: Imagem e planta-baixa de Saffierstraat, 1961.

Fonte: MARTINHO, 2014, com intervenção autoral.



Figura 14 e 15: Brinquedo cúpula e Montanha de escalar de concreto (Concrete climbing Mountain).

Fonte: Ilustrarch²⁹ e MARTINHO, 2014.

²⁹Disponível em:
<https://ilustrarch.com/articles/2692-spaces-for-children-playgrounds-by-aldo-van-eyck.html>. Acesso em: 03 Ago. 2023



Figura 16 e 17 : Theo van Doesburg – Simultaneous counter-composition, 1929 e Sophie Taeuber-Arp, Relief rectangulaire, 1938.

Fonte: Wikiart³⁰ e Sophie Taeuber³¹

Há muitas referências desse estilo artístico na composição dos parques construídos na cidade. Para uma análise comparativa, os brinquedos metálicos de seção tubular utilizados nos projetos, muitas vezes, assemelham-se as linhas utilizadas em composições de pinturas neoclássicas em obras como as de Piet Mondrian (1872-1944) e Theo van Doesburg (1883-1931). Nessa mesma linha, a paginação de piso em formas geométricas se equiparam ao espaço ocupado nas obras pelos espaços pintados em cores primárias, típicas do De Stijl.

Observando a escolha de brinquedos, vê-se que haviam os componentes metálicos e maciços. Os metálicos se apresentavam de diversas configurações, seja em formas lineares, arcos, cúpulas e funis. Já os componentes maciços são representados, principalmente, pelas caixas de areia³² que podiam ter formato retangular, triangular e hexagonal. Além disso, havia nos projetos sólidos de concreto em formas cilíndricas e também

³⁰Disponível em: <https://www.wikiart.org/en/theo-van-doesburg/simultaneous-counter-composition-1929-1>
Acesso em: 03 Ago. 2023

³¹Disponível em: <https://sophietaeubearp.org/english/relief-rectangulaire-cercles-dcoups-carrs-peints-et-dcoups-cubes-et-cylindres-surgissant-2/>. Acesso em: 3 Ago. 2023

³²Vê-se aqui uma influência ao trabalho do pedagogo Friedrich Froebel que propôs a utilização das caixas de areia na sua proposta pedagógica.

um agrupamento de volumes geométricos³³ que traziam um caráter escultórico para parques.(MARTINHO, 2014)

É interessante analisar a forma como os parques foram construídos. Pensando na sua composição e na formulação dos brinquedos, eles estimulam a imaginação das crianças(MARTINHO, 2014). Por meio de formas geométricas simples e sem uma função determinada para os elementos do parque, é fato que o brincar se torna muito mais diverso, estimulando a criatividade infantil. Ao contrário de brinquedos mais comuns atualmente como o balanço, por exemplo, no qual a atividade principal é balançar, as estruturas metálicas e de concreto criadas em Amsterdã sugerem uma série de interações para as crianças como pular, pendurar, equilibrar e escalar.

Esse fator leva a criança a ter mais autonomia sobre o brincar. Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, propõe a importância desse fator para a aprendizagem. Segundo ele, “É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o "espaço" antes "habitado" por sua dependência. Sua autonomia se funda na responsabilidade que vai sendo assumida.” (FREIRE, 2002, p.48) Dessa forma, a criança se vê inserida de forma mais atuante no mundo, onde sua visão da realidade é respeitada e estimulada.

Frequentemente, o comportamento da criança pode não ser bem compreendido. Apesar do ato de brincar ser visto, muitas vezes, como uma atividade sem fim e sendo puramente uma distração para a criança, é verdade que essa ação contribui em peso para o desenvolvimento humano. De acordo com Henri Wallon (1879-1962), teórico do desenvolvimento psicológico infantil, o brincar é uma fase fundamental para a estruturação psíquica. Durante as brincadeiras, estão sendo exercitadas diferentes habilidades necessárias para a evolução e aprendizado da criança.(WALLON, 2010).

Ainda de acordo com Wallon, cada fase do desenvolvimento da criança acompanha diversas atividades que exercem diferentes funções.

³³ É importante comentar da influência das construções vernaculares no trabalho de Van Eyck ao observar construções em locais como Taos Pueblo no Novo México e no povoado dogon em Mali. Referências trazidas em seu livro de 1962 "The child, the city and the artist: an essay on architecture. The in-between realm".

De idade em idade, indicam o advento das mais diversas funções. Funções sensório-motoras com suas provas de destreza, de precisão, de rapidez, mas também de classificação intelectual e de reação diferenciada, como na brincadeira elefante voa.³⁴ Funções de articulação, de memória verbal e de enumeração, como as parlendas que as crianças pequenas aprendem umas das outras com tanta avidez. Ou ainda funções de sociabilidade, na forma dessas partidas que opõem equipes, clãs, bandos, em que os papéis são distribuídos tendo em vista a colaboração mais eficaz para o sucesso comum contra o adversário.

(WALLON, 2007, p.58)

Assim, é visto que a brincadeira possui um papel central no desenvolvimento da criança. As atividades lúdicas citadas acima contribuem para a estruturação mental da pessoa no futuro, quando se ingressa na fase adulta. Dessa forma, a construção de espaços lúdicos na cidade contribui profundamente para a formação das pessoas em nossa sociedade.

Ao escalar o escorregador e depois descer rapidamente a criança não está apenas se divertindo, mas desenvolvendo funções sensório-motoras. A falta de espaços voltados ao lúdico e seguros como esses nas cidades, sendo próximos às residências, cria lacunas para a formação da criança. Mesmo que muitas dessas brincadeiras possam ser realizadas em casa, o brincar livre em uma área externa, com uma estrutura favorável e em grupo, estimula a socialização e todas as outras funções descritas por Wallon.

Como analisado no capítulo anterior, o tecido urbano é um reflexo da nossa sociedade. Sendo assim, como na sociedade, o espaço criado é extremamente desigual. Algumas áreas possuem uma infinita gama de serviços oferecidos relacionados à saúde, educação, segurança e lazer, enquanto outras áreas não possuem nem o básico, como esgotamento sanitário, por exemplo. Isso não seria diferente para os espaços destinados à brincadeira: enquanto as regiões mais ricas da cidade tem parques e praças com mobiliários urbanos e brinquedos para crianças, os mais pobres recebem, muitas vezes, parques com estrutura insuficiente, quando comparada às regiões privilegiadas da cidade, ou nem possuem esses espaços.

³⁴ Brincadeira na qual se questiona se determinados bichos voam e, se eles voarem, a criança responde "voa" e faz o gesto com os braços. Como na questão: - "Elefante voa?"

Dessa forma, boa parte das crianças que vivem em famílias de menor poder aquisitivo não possuem um espaço destinado a brincar próximo de suas casas, de forma que a caminhada seja fácil até sua chegada. Muitas vezes, as crianças têm que brincar na rua e com brinquedos improvisados. A ida a parques se resume aos finais de semana e aos dias de folga dos seus responsáveis, quando há tempo livre para realizar a locomoção até locais mais distantes.

É importante comentar que não há problema em brincar na rua ou de maneira improvisada. Jan Gehl e Jane Jacobs criticavam o pensamento moderno de “encaixotar” as brincadeiras em *playgrounds*,³⁵ quando a cidade inteira pode ser palco para as atividades lúdicas e se integrar de forma mais completa à cidade. (GEHL, 2014; JACOBS, 2014) Apesar disso, é válida a seguinte análise: se algumas crianças podem ter acesso a brinquedos pensados para elas e a espaços destinados às brincadeiras delas, porque nem todas podem ter o mesmo direito?

Observando o método criado pela pedagoga e médica italiana Maria Montessori (1870-1952), vê-se a importância de um ambiente pensado para a criança. Nas suas salas de aula, ela propunha que os móveis fossem manipuláveis pela criança e que os objetos estivessem à altura da mão da criança. Ela buscava por “(...) um padrão de mobília escolar que fosse proporcionada à criança e correspondesse à sua necessidade de agir inteligentemente.”(MONTESSORI, 1965). Mesas, cadeiras, pias, armários, cômoda e lousas todas acessíveis para a criança. Com essa iniciativa, Montessori pretendia dar mais independência e liberdade para as pessoas nessa idade, valorizando a humanidade presente desde a infância.

Montessori inovou em sua época ao sugerir uma reflexão muito pertinente: o mundo não é desenhado para a criança. Desde suas casas até a praça do bairro, a maçaneta da porta não é alcançável, o degrau de uma escada é um grande perigo, não é possível lavar a mão sem ajuda, não é possível sentar em um banco confortavelmente. Diante dessa reflexão, vê-se, mais uma vez, a relevância dos parques infantis da cidade, respeitando a

³⁵ Ambos críticos de muitas facetas do movimento moderno, não aprovaram o viés funcionalista de determinar funções rígidas para cada tipo local e tipologias determinadas.

humanidade da criança e dando confiança à sua capacidade de conquistar sua própria independência corporal.



Figura 18: Escola montessoriana na Holanda com mesas, cadeiras e armários acessíveis às crianças. Fonte: Living Montessori.³⁶

Ademais, o brincar também é equiparado, comumente, à um momento de diversão e distração para a criança, mas a verdade é que exige muita concentração e esforço por parte dos mais jovens. Dessa forma, “o jogo³⁷ representa, então, para a criança o papel que o trabalho representa para o adulto. Como o adulto se sente forte por suas obras, a criança sente-se crescer com suas proezas lúdicas”. (CHATEAU, 1987, p.29)

Apesar dessa concepção, faz-se necessário lembrar do valor contraproducente da brincadeira. Inserido num ponto de vista capitalista, o brincar não produz e nem contribui com esse sistema econômico.³⁸ Tendo

³⁶ Disponível em: <https://www.livingmontessori.com/montessori-method/history-of-the-montessori-method/>. Acesso em: 05 Jul 2023.

³⁷ Termo advindo do francês *jeu*, no qual a brincadeira e jogo estão contemplados em uma mesma palavra. Assim, o termo não difere uma atividade lúdica com ou sem regras.

³⁸ É preciso fazer uma ressalva para a criança como alvo de propaganda e o conseqüente estímulo à compra desde cedo, podendo levar à um consumo exagerado de brinquedos e gerando lucros a essas empresas.

esse ponto de vista, é preciso fazer um recorte para o local da brincadeira nas periferias da cidade. O escritor José Magnani, traz o lazer como uma “atividade marginal” dentro do cotidiano das famílias dos trabalhadores (MAGNANI, 1984). Em uma lógica voltada para o trabalho e a sobrevivência, as pessoas encontram o prazer através de atividades como o jogo, festas populares e bailes.

O lazer está nos antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação da consciência de classe, ocupa uma parte mínima do tempo do trabalhador e não apresenta implicações políticas explícitas. Atividade marginal, instante de esquecimento das atividades cotidianas, lugar enfim de algum prazer (...) (MAGNANI, 1984, p.2)

Dessa forma, a brincadeira da criança, assim como o lazer para a vida adulta, pode vir a ser colocada como uma questão secundária no dia-a-dia das famílias dos trabalhadores e trabalhadoras por não ser parte intrínseca da sobrevivência diária. Assim, a criação dos parques nas periferias das cidades são um estímulo para as atividades lúdicas nesses locais onde há tanta exploração através do trabalho, favorecendo também o lazer dos adultos que acompanham as crianças nesses locais.

Em uma sociedade voltada ao consumo, em que as pessoas encontram o lazer em espaços de compra como os shoppings, e em que a maioria da mídia que se consome é voltada para a compra, a brincadeira da criança traz uma contribuição divergente para a maneira que esse mundo se constrói.

Entende-se aqui que o jogo, o riso e a festa têm a capacidade de humanizar a cidade, reivindicando-a por seu valor de uso, sendo contraproducente e, por isso mesmo, com potência de dissolver as formas hegemônicas de produção da cidade. Por ser parte essencial da vida, o brincar espontâneo abarca a noção de autonomia, liberdade, subversão, atitude lúdica, culturas populares e tempo-espço. (GALERA,2019,p.9)

Assim, é visto o poder transformador dos parques infantis inseridos nos espaços públicos. Eles estimulam a brincadeira e lazer nesses locais que muitas vezes são vistos como hostis pela sociedade, contribuindo para a

formação da criança e para uma humanização da cidade. A criança é colocada como um ator na sociedade, criando e recriando o espaço ao seu redor.



CONSTRUINDO OS PARQUES

Após construir um embasamento teórico, vamos entrar na experiência dos parques em si, objeto de estudo da pesquisa. Construídos em Recife entre os anos de 2022 e 2023, os 6 parques inseridos nos territórios das ocupações do MTST foram concebidos de forma colaborativa entre arquitetas³⁹, estudantes, pedreiros e moradores das ocupações.



Ao ver como uma oportunidade para o Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, o Setor de Arquitetura inscreveu as ocupações em um projeto chamado “Ideias para Parques Infantis”, disponível na plataforma Change x. Tal plataforma disponibiliza para o mundo inteiro o financiamento para uma série de projetos com temas variados como educação, sustentabilidade e ludicidade. Segundo a página oficial da plataforma:

³⁹ Também houveram arquitetos homens, mas o grupo foi composto e organizado majoritariamente por mulheres.

Nossa plataforma conecta comunidades a ideias e financiamento comprovados. Ao empoderar os agentes de mudança locais com ideias comprovadas de inovadores sociais e financiamento acessível de nossos parceiros, nosso objetivo é construir comunidades mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis. Nosso trabalho está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e, em conjunto com nossos parceiros, pretendemos impactar globalmente 1 bilhão de pessoas até 2030. (CHANGE X, 2023)

Tendo esse viés de alinhamento com os objetivos da ONU está a organização sem fins lucrativos originalmente chamada *Playground Ideas*. Criada na Tailândia em 2007 pelo educador Marcus Veerman, o projeto visa construir parques infantis em alinhamento com a comunidade. Segundo os organizadores, tal proposta visa ser um incentivo para a brincadeira no desenvolvimento infantil. Dessa forma, o projeto se alinha ao pensamento walloniano de que o brincar é um pilar na formação infantil.

O “Ideias Para Parques” possui um acervo de mais de 150 manuais ilustrados de construção para brinquedos que incentivam o “faça você mesmo” (*do it yourself*). Além disso, o projeto busca incentivar o uso de estratégias de baixo custo e de materiais reutilizados como pneus, areia e madeira. Sendo assim, a sustentabilidade também é um princípio nessa proposta. Esse momento é definido principalmente pelas visitas e consultas aos moradores

Como metodologia, o projeto propõe uma divisão em 5 etapas: ouvir, planejar, projetar, construir e manter. Na primeira etapa, o objetivo é entender e analisar as demandas da comunidade. Para obter esses resultados, são sugeridas uma série de dinâmicas, como por exemplo, o desenho para entender os anseios e desejos tanto dos adultos quanto para as crianças naquele local.

Segundo Maureen Cox (1992), atualmente leitora emérita da Universidade de York em Psicologia, o desenho da criança, muitas vezes, não respeita regras de proporção ou ângulos das formas às quais se objetiva a representação. Apesar disso, a autora explica que a atividade artística é fundamental para o desenvolvimento infantil e que a criança se preocupa extremamente com a identificação das formas representadas. Sendo assim,

o ato de desenhar é uma expressão da criança que vale apenas ser observada.

Voltando para a metodologia dos parques, vemos que na segunda etapa entra em cena o planejar. Nesse momento, é pensado em um cronograma de atividades, além de uma organização orçamental para cada área: materiais, alimentação, deslocamento, entre outros. Visto isso, tem-se a etapa do projetar que busca realmente compreender o espaço e propor as estruturas brincantes, entendendo de que formas serão materializadas.

Na quarta etapa está o construir, envolvendo os mutirões para a concretização do parque. Neles, há de haver uma preparação do terreno, organização dos materiais e alinhamento de pessoas disponíveis para o trabalho. Em tal momento, se faz interessante a presença da criança, pois ela está colaborando com um espaço do qual irá usufruir futuramente. Além disso, Gandhi (2017) afirma que o trabalho ativo é inspirador para criança, despertando sua criatividade.

No último momento do processo está a manutenção. Todos os dias as crianças irão brincar intensamente nos parques e, por mais que se crie uma estrutura robusta, é muito provável que alguns brinquedos quebrem. Por isso, é necessário uma atenção especial para a realização desses consertos, até mesmo para a segurança das pessoas que os usam.

A partir disso, foi desenvolvido o processo de construção dos 6 parques, adequando para a lógica de funcionamento do movimento social e do Setor de Arquitetura. Algumas alterações foram feitas, como a adição da etapa da celebração para a inauguração dos parques. Esses e outros detalhes serão destrinchados em seguida.



Figura 19: Metodologia de construção dos parques.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É importante comentar sobre a composição do Setor de Arquitetura. Durante a elaboração do projeto, Carolina Glasner⁴⁰, Eduarda Rocha⁴¹, Isabela Neves⁴², Gabrielle Gomes⁴³, Lahys Barros⁴⁴ e Tainã Pimentel⁴⁵ atuaram em grupo para sua concretização. Assim, o projeto dos parques infantis foi elaborado conjuntamente e cada pessoa assumiu um parque para coordenar de maneira mais ativa, mas sempre em uma conversa com o setor.

Para facilitar a compreensão e o entendimento do todo, buscou-se explicar um pouco do bairro em que a ocupação está inserida, além da história de luta que aquele território vivenciou para, dessa forma, chegar ao relato da construção dos parques infantis.

⁴⁰Estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e autora desse texto.

⁴¹Arquiteta e Urbanista.

⁴²Estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

⁴³Arquiteta e Urbanista.

⁴⁴Arquiteta e Urbanista.

⁴⁵Estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

ALIANÇA COM CRISTO

O BAIRRO



O bairro do Jiquiá, onde se localiza a ocupação Aliança com Cristo, é muito antigo no Recife, fundado ainda no século XVI como um engenho de açúcar. Seu nome deriva do termo “Y-IQUIÁ”, utilizado pelos povos originários para “cesto ou covo de apanhar peixes, ou aves” (CAVALCANTI,1998, p.169). O bairro ficou conhecido por receber a torre de pouso para o dirigível alemão Graf Zeppelin, em funcionamento a partir do ano de 1930. Atualmente, a torre está localizada numa área em que hoje está instalado um batalhão da polícia militar e há planos para a construção de um parque na área, mas que nunca foram concretizados.⁴⁶

A OCUPAÇÃO

A Aliança com Cristo está em uma Zona de Desenvolvimento Sustentável, a ZDS Tejipió, além de também ocupar uma parte de uma Unidade de Conservação de Natureza que é a UCN São Miguel.⁴⁷ A ocupação teve seu início no ano de 2016 pela necessidade de moradia da própria população. OMTST se juntou à Aliança após o seu início, dando o apoio necessário para a manutenção dela, seja através de advogados pelo Setor Jurídico do movimento, ou até mesmo organizando aluta. Luta que também esteve presente em diversas vezes através de protestos nas ruas da cidade. Segundo os próprios moradores, o território possui cerca de 250 famílias alocadas e a origem do nome foi sugerido por um ocupante cristão que via a ocupação como um pedido de moradia a Deus. Seria uma oração para que Cristo tomasse afrente do processo e os guiasse para que tudo ocorresse da melhor forma.

⁴⁶Notícia disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/12/2012/prefeitura-do-recife-apresenta-projetos-do-parque-do-jiquia>. Acesso em: 15 ago. 2023.

⁴⁷ É preciso lembrar que, muitas vezes, os locais de conservação são utilizados para moradia por serem um dos lugares que “sobra” da cidade para essas pessoas. Dessa forma, cabe aos órgãos públicos o investimento em moradia não só por uma questão habitacional, mas também por um viés ambiental.



Mapa 02 : Ocupação Aliança com Cristo.

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com informações cedidas pelo MTST e Prefeitura.

LEGENDA:

-  Rua principal (Passo de Santa Cruz)
-  Ruas de menor tráfego
-  Primeiro local para o Parque
-  Local final
-  Escola de Jiu Jitsu
-  Marcenaria
-  Mercearia
-  Armazem de Construção

INFORMAÇÕES:

Área da ocupação: 95.000 m²

Data de criação: 2013

Habitantes: 200 famílias

Legislação: ZDS - Tejió e UCN São Miguel

Dimensão do parque: 990 m² - 60m²

Localização: Jiquiá - Rua Passo de Santa Cruz

O PARQUE

Coordenado por: Carolina Glasner

Após reuniões online⁴⁸ de pré-planejamento, a primeira reunião presencial com os moradores, foi o momento de tratar uma variedade de temas sobre o parque. Alguns dos temas foram o local mais propício para a construção do projeto e o que os moradores tinham como anseio para aquele espaço. Para essa atividade, foram pensadas várias dinâmicas. Uma delas é a de desenhar o que as pessoas sonhavam para aquele local. A partir desses desenhos, pode-se criar um mapa de palavras em que os termos que mais se repetiram tinham maior destaque. Esse processo facilitou a escolha de necessidades para o projeto.

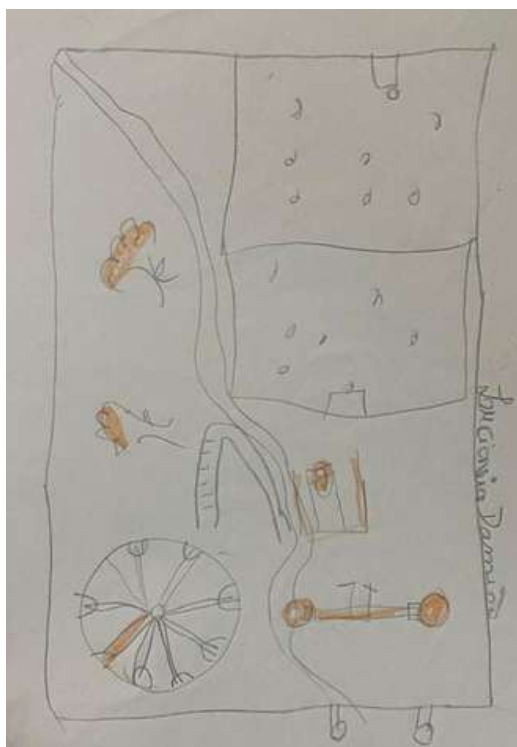


Figura 20 e 21: Alguns dos desenhos feitos por adultos e crianças no primeiro encontro. Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE

⁴⁸ No começo do ano, ainda estavam ocorrendo muitos casos de COVID e, por isso, o contato presencial estava sendo evitado se fosse possível.



Figura 21: Equipamentos e usos que mais se destacaram nos desenhos..

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE

Além disso, colocou-se o mapa impresso em uma escala visível a distância para facilitar a compreensão do espaço por parte dos moradores. Enquanto as pessoas adultas discutiam sobre as propostas, as crianças estavam em um espaço próximo tendo acesso à brincadeiras e outros tipos de dinâmicas. Ao fim do dia, fez-se uma atividade na qual cada pessoa segurou uma corda e falou uma palavra que estava sentindo em relação ao projeto que estava por vir. É importante pontuar que esse dia foi o que mais atraiu pessoas para o local ao longo do processo, sendo em sua maioria mulheres que eram mães e também trouxeram seus filhos.



Figuras 22: Atividades com os adultos no primeiro encontro

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST



Figura 23: Atividade com as crianças no primeiro encontro

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST - PE

A partir desse momento, se deu início ao processo de planejamento do projeto em si dentro da Brigada de Arquitetura. Inicialmente, o parque iria ser construído em um grande terreno na Rua Passo de Santa Cruz e deteria uma série de brinquedos como gangorra, escorregador, *speedball* e escalada. Além disso, teriam bancos brincantes de barrote de madeira pinus com tijolos ecológicos, além de uma estrutura de coberta com tesoura⁴⁹ de madeira mista e também mesas com cadeiras feitas de uma mescla de tijolos ecológicos em madeira. Esses últimos equipamentos foram pensados para serem utilizados para jogos como dama e dominó.

Um campinho de 196m² também foi incluído no projeto, pois era uma demanda da população, já que as crianças jogavam bola na rua. Ademais, a horta próxima⁵⁰ ao local foi englobada no planejamento para compor esse espaço de caráter multifuncional. Também deixou-se um caminho reservado para a prática de caminhadas, algo que foi muito pontuado pelas moradoras para o local. Seria uma forma das mães ocuparem o tempo enquanto observavam os filhos brincarem.



Figura 24: Imagem do primeiro projeto para a Aliança com Cristo, vista da Rua Passo de Santa Cruz.

Fonte: Carolina Glasner

⁴⁹ Estrutura de madeira em formato triangular utilizada para apoiar a cobertura.

⁵⁰ Horta que faz parte de um outro projeto ligado ao MTST, integra-se ao parque.



Figura 25: Imagem do primeiro projeto para a Aliança com Cristo, vista da Rua Passo de Santa Cruz.
 Fonte: Carolina Glasner

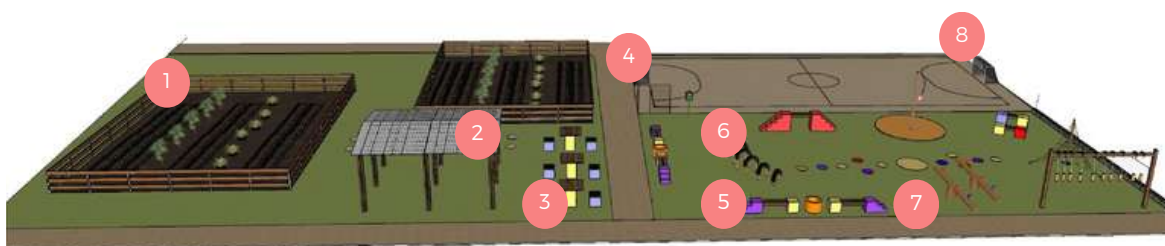


Figura 26: Visão de pássaro geral do primeiro projeto para a Aliança.
 Fonte: Carolina Glasner

LEGENDA:

- | | |
|--|---|
| 1 Hortas cercadas | 5 Banco brincante de tijolo ecológico e madeira |
| 2 Coberta de madeira com duas águas | 6 Brinquedo com pneus |
| 3 Mesas com bancos de tijolos ecológicos e madeira | 7 Gangorra metálica |
| 4 Pista para exercício | 8 Campinho de futebol de areia |

Com o projeto concluído, marcou-se a apresentação para a população numa escola de jiu-jitsu localizada na Aliança. Nesse momento, foram pontuadas algumas alterações como a mudança do local da coberta e dos bancos, além da possibilidade do uso em maior escala de materiais recicláveis como pneus, visto que é uma das propostas do projeto “Ideias para parques infantis” e, também, por ser um material que já se tinha no local em grande quantidade. Ademais, outros brinquedos prontos foram escolhidos visando otimizar o processo de construção do parque.

Esse espaço inicial escolhido para o projeto estava localizado entre duas casas de empena cega⁵¹ e havia muito entulho e vegetação espontânea⁵² sobre ele. Esse fato levou a necessidade de contratar um caminhão para aplanar o terreno e tirar o excesso de material que estava no local. Dessa forma, os primeiros mutirões se resumiram na limpeza do terreno, pois, além disso, havia uma caçamba de lixo em frente a área, que piorava bastante a situação do acúmulo de entulho próximo ao terreno.

⁵¹ Face de uma edificação em que não há aberturas como janelas e portas.

⁵² Vegetação que nasce de forma natural, muito característica em terrenos baldios.



Figura 27 e 28: Apresentação do projeto aos moradores e entulhos na frente do terreno do parque.
Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE



Figura 29: Um dos mutirões de limpeza realizados no terreno. .
Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE



Figura 30: Montagem de fotos tiradas durante os mutirões.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Depois desse momento inicial, os mutirões para a construção das estruturas do parque começaram. Foram construídos, a princípio, os pilares e tesouras da cobertura, além das bases das mesas e cadeiras com os tijolos ecológicos. Por fim, um balanço de dois lugares e uma gangorra de dois lugares, construídos por um serralheiro local, foram instalados.

É interessante comentar sobre a montagem das estruturas de tijolo ecológico. Através da experiência, foi visto que seu uso foi muito prático e de fácil manuseio para todos que estavam participando do processo. Foi feita uma fundação em concreto, com a colação de barras metálicas e o encaixe dos blocos que eram unidos através do uso de uma cola específica para esse tipo de material. Além disso, é interessante comentar que houve uma contribuição de uma engenheira da própria empresa de tijolos, que ajudou o movimento gratuitamente com desenhos executivos dos mobiliários do projeto deste e dos outros parques, o que facilitou bastante a execução.

Durante esse processo, a população local começou a ser ameaçada por um suposto dono do terreno. Essa pessoa em questão contratou uma dupla de seguranças que observava a área do parque e impossibilitava a construção na área. No momento em que se iniciava alguma mobilização no local, a dupla acionava a polícia para assustar os moradores e também chamava pessoas para passar pela área e proferir ameaças. Além de toda essa problemática, após um mutirão, essas pessoas pagaram a um grupo de moradores um valor combinado para destruir tudo que já havia sido construído no espaço.

Após esse acontecimento, a população voltou a receber ameaças e inclusive uma intimação policial. Tal situação impossibilitou a continuidade dos mutirões na área por uma preocupação à segurança dos moradores. É importante pontuar que desde o começo das atividades havia um contato com a secretaria de controle urbano da Prefeitura do Recife por parte das lideranças locais e também da Brigada Jurídica do MTST. Nesse ínterim, foi visto que não haviam documentos de posse para aquele lote em questão e que ele fazia parte do território da União.⁵³ Apesar disso, foi decidido interromper as atividades na área visando a segurança dos moradores.

⁵³ De acordo com a análise realizada pelo próprio movimento social.



Empresário ameaça ocupação do MTST com homens armados

Líder comunitária denuncia que homem chegou na comunidade com policiais e capangas armados para destruir horta e parque infantil

Por: Pedro Oliveira

27 set 2022 - 15h01

Compartilhar

Exibir comentários

Ouvir texto

0:00



Figura 31 e 32: Intimidação policial e Notícia veiculada na internet sobre o ocorrido na Aliança.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Esse acontecimento demonstra na prática o que Lefebvre colocou nos seus postulados: a luta de classes está especializada no território. O espaço urbano está sempre sob tensão, está sempre sob o olhar dos interesses dos que detêm mais poder econômico. Através da história, vê-se as inúmeras formas de como os mais ricos utilizam mecanismos para se apropriar de terras, seja pela grilagem ou por meio de negociações políticas. Dessa forma, a luta pela conquista da terra realizada pelo MTST é um combate que necessita de muita coragem e determinação para ser alcançada.

Depois do ocorrido um morador da ocupação cedeu um terreno para a construção do parque infantil. O terreno era pequeno e possuía apenas 6 metros de largura por 10 metros de comprimento. O projeto foi readaptado e agora detinha de uma cobertura tripartida de madeira, mesa com dois bancos, além de uma gangorra e um balanço. A ideia também incluía criar um ambiente de apoio para a horta e para atividades que acontecem na comunidade. Como o espaço é reduzido, pensou-se na rua sem saída e sem movimento de carros em que fica o parque como uma ampliação do local da brincadeira. Podendo se fazer uma amarelinha, trazer traves para jogar futebol e apoio para outros tipos de jogos.⁵⁴

⁵⁴

As crianças já costumavam brincar no local. Assim como Jane Jacobs (2019) argumenta, não é preciso um local determinado para a brincadeira na cidade, ela pode ocorrer nas calçadas e em outras localidades da cidade.

Nesse novo terreno, também foram iniciados os mutirões com processo de limpeza do espaço e depois a construção da coberta, seguido da instalação dos brinquedos. Faz-se necessário comentar que a maioria das pessoas que participaram dos mutirões eram mulheres e a adesão da comunidade foi baixa, tendo momentos em que apenas 3 pessoas estavam presentes. Foi visto que, no primeiro espaço, a adesão era maior, principalmente quando o projeto já estava encaminhado, pois era uma área de maior visibilidade das pessoas e o interesse delas aumentava ao ver que as propostas realmente estavam sendo construídas.

A parede que faceava a área do parque foi pintada em formas geométricas coloridas e algumas intervenções feitas pelos moradores são válidas para o comentário. Bancos coloridos feitos de 3 pneus empilhados e concreto com o desenho de uma flor foram uma elaboração de destaque por sua criatividade. Além disso, os pneus também foram utilizados como canteiros para o plantio de algumas espécies.

A inauguração do “parquinho” foi feita como uma festa de aniversário da filha de uma liderança local. O local foi decorado de forma temática, um pula-pula foi colocado na rua e foram servidas comidas de aniversário feitas pelas próprias moradoras. Ao longo dos dias, foi visto que o espaço é utilizado, para além da função de parque infantil, como apoio das atividades que acontecem semanalmente na horta próxima, além de atividades de lazer nos finais de semana.

utilizado, para além da função de parque infantil, como apoio das atividades que acontecem semanalmente na horta próxima, além de atividades de lazer nos finais de semana.



Figura 33: Mutirão no segundo local do projeto.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 34 e 35: Mutirão no segundo local do projeto: canteiro de pneus e pintura. Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 36: Bancos e mesas prontos no segundo local do projeto.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 37: Festa de aniversário na Inauguração do projeto.: mesa do parabéns e crianças brincando

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

8 DE MARÇO

O BAIRRO



O bairro de Boa Viagem tem seu início com o estabelecimento de vendas que atendiam aos viajantes vindos do sul da capitania de Pernambuco no século XVII. No ano de 1707, foi doada uma certa quantia de terra a um padre recifense para a construção da Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, com o intuito de desejar sucesso aos pescadores da área. Dessa forma, o nome do bairro derivou do nome dado a capela. (CAVALCANTI, 1998). Ao longo das décadas, Boa Viagem continuou sendo uma região mais calma da cidade, e foi apenas a partir da metade do século XX que começaram grandes impulsos para o desenvolvimento no bairro⁵⁵, com chegada de vários edifícios habitacionais, hotéis que estimularam o turismo, a construção do Aeroporto dos Guararapes, além da chegada do Shopping Recife em 1982.

A OCUPAÇÃO

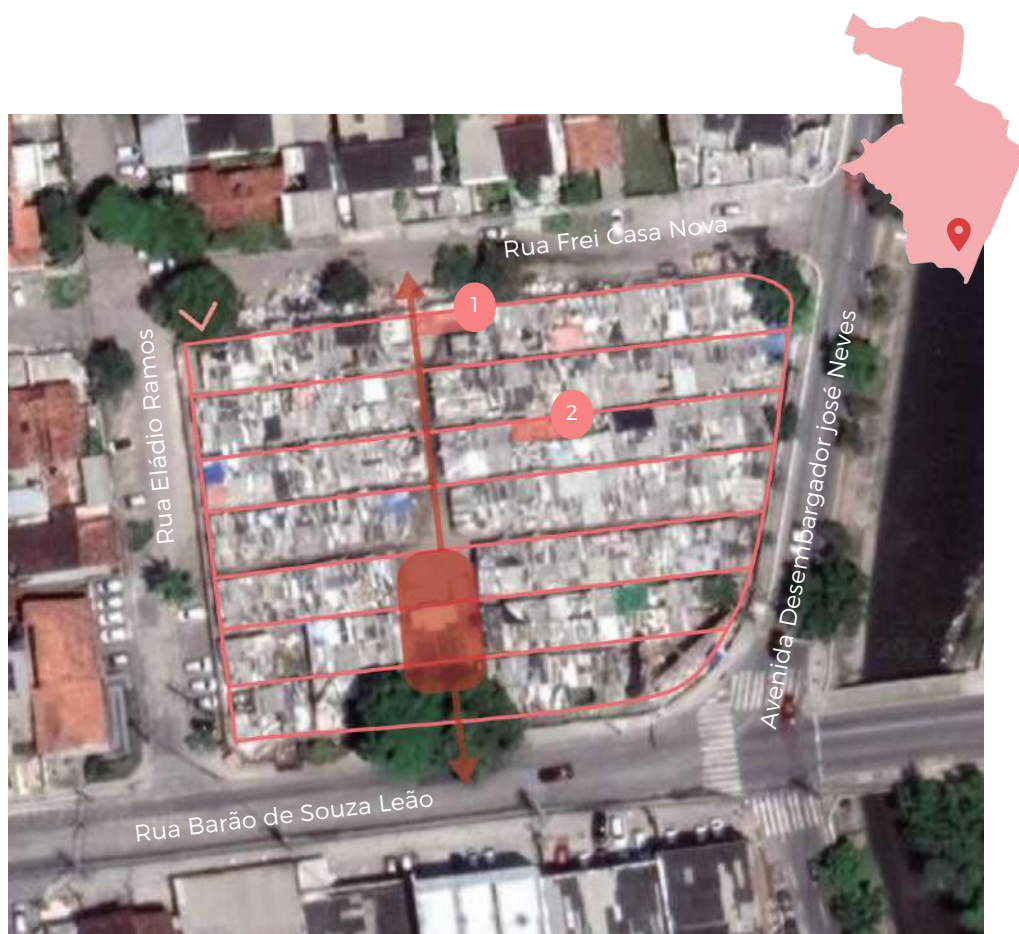
A ocupação 8 de Março se localiza em uma área nobre do bairro de Boa Viagem, ficando próxima à Rua Barão de Souza Leão, que é uma das mais importantes da área. De acordo com o plano diretor de Recife, o espaço está inserido na Zona de Desenvolvimento Sustentável de Tejipió, além de possuir área total de 4.904 metros quadrados. Ainda segundo a Prefeitura, através de dados extraídos pelo ESIG, o lote em questão consta sendo uma casa construída em 1997 com situação do imóvel ativa. Essa informação não condiz com a atualidade pois, através das imagens aéreas fornecidas pelo Google Earth em um mapa datado de 2009, o terreno já não tinha mais nenhuma construção. É importante pontuar essas questões uma vez que o movimento social em questão sempre preza por estar em sintonia com a

⁵⁵Informações retiradas do site da Fudaj: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=491. Acesso em: 01 ago. 2023.

Constituição Federal do país que, por sua vez, visa garantir a função social das propriedades.

O processo de ocupação do lote teve início no ano de 2021 durante a Pandemia de COVID-19 e, de acordo com dados do ano da criação, conta com 300 famílias instaladas na área. A ocupação, chamada também de 8M, teve um diferencial único à nível nacional dentro do MTST: o acompanhamento da brigada de arquitetura no parcelamento do solo desde o início do processo. Para abarcar o máximo de pessoas possíveis, foi pensada na distribuição de barracos com 9 metros quadrados, dispostos ao longo de uma rua principal e 8 ruas secundárias. O local escolhido para o projeto do parque já estava previsto no parcelamento do solo para ser uma área para assembleia e isso foi um dos motivos que levaram a escolha do local.

A ocupação também conta com a atuação de ONGs que contribuem com projetos como construção de um espaço educacional onde eram dois barracos desocupados, além da reforma e ampliação dos banheiros já construídos pelo movimento. Esse espaço educacional conta com aulas de reforço escolar e outras atividades fomentadas pelos próprios moradores. Ele é equipado com diversas carteiras, uma diversidade de livros e é climatizado. Já na área dos banheiros ampliados, foi construído uma lavanderia compartilhada, facilitando o dia a dia dos moradores.



Mapa 03 : Ocupação 8 de Março.

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com informações cedidas pelo MTST e Prefeitura.



LEGENDA:

-  Entrada
-  Rua principal
-  Ruas para pedestres
-  Parque infantil com horta
-  Banheiro compartilhado e lavadeira
-  Creche comunitária

INFORMAÇÕES:

Área da ocupação: 4.800 m²

Data de criação: 2021

Habitantes: 300 famílias

Legislação: ZDS - Tejipló

Dimensão do parque: 240 m²

Localização: R. Frei Casanova, 245

O PARQUE

Coordenado por: Izabela Neves e Lahys Barros

No dia da apresentação presencial e inicial do projeto à população, em 26 de março de 2022, foi feita uma roda de conversa para conhecer os desafios e as necessidades do local. Também foi feita a dinâmica de desenhar como os moradores gostariam que fossem os parques. Nesse processo, muito se falou sobre a necessidade de integração da horta existente com o parque, além de um espaço para as crianças fazerem as atividades da escola, uma estrutura coberta e brinquedos em si. Enquanto os adultos estavam discutindo essas questões, as crianças realizavam atividades ligadas à brincadeira e à criatividade. A maioria das pessoas presentes eram mulheres e crianças.



Figura 38 e 39: Primeiras atividades para o projeto do parque na 8M. Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

PINTURA HORTA ESCORREGO COBERTA GIRA-GIRA ESCOLA BALANÇO GANGORRA CASINHA

Figura 39: Equipamentos e usos que mais se repetiram nos desenhos.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Após esse encontro, foi feito um levantamento da área e reuniões internas da Brigada de Arquitetura para definir a configuração do projeto. Seguindo as propostas geradas coletivamente no primeiro encontro, foi pensado em uma coberta tripartida assim como na Aliança com Cristo. De um lado traria uma parte de apoio para a horta com prateleiras para a sementeira e, na outra lateral, uma arquibancada versátil que também serviria de apoio para as crianças fazerem as atividades escolares. Na parte posterior, teriam os brinquedos que seriam gangorra, *speedball* e um outro brinquedo com pneus.



Figura 40: Vista Frontal do projeto para 8M.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 41: Vista lateral do projeto para 8M.

Fonte: Isabela Neves.

LEGENDA:

- | | |
|---------------------------------|-----------------------|
| 1 Banco e apoio para estudos | 5 Piso Tátil |
| 2 Coberta de madeira tripartida | 6 <i>Speedball</i> |
| 3 Sementeira | 7 Brinquedo com pneus |
| 4 Horta | 8 Gangorra de madeira |

Na atividade de validação do projeto aos moradores, a posição da cobertura foi modificada para ficar entre a horta e a área dos brinquedos. Antes, a construção teria o centro coberto e as duas partes laterais com material vazado e, após a discussão com os moradores, preferiu-se que toda a estrutura fosse telhada. Ademais, os brinquedos foram alterados para serem um balanço e uma gangorra, feitos pelos próprios moradores, de madeira e pneu cortado. Também foi sugerido que a área da horta fosse cercada, para evitar a entrada de animais.

Entrando agora na fase dos mutirões, o processo de concretização do projeto começou pela estrutura da cobertura e chamou muita atenção das crianças que estavam presentes na área, que passaram o dia interagindo com as ferramentas e o local. Essa atividade também é uma brincadeira para criança e corrobora com atese de Gandhi (2017), em que ele relata que a atividade prática do trabalho estimula o imaginário infantil.

Nos primeiros mutirões, muitas pessoas estavam presentes e se tornou complexa a dinâmica para dar conta de gerir as atividades de tantas pessoas ao mesmo tempo. Porém, ao longo do tempo, encontrou-se muita dificuldade em chamar os moradores para as atividades e foram contratados dois construtores locais para auxiliar na construção do parque.

Um problema que houve durante o processo, foi relativo à construção dos brinquedos que acabaram quebrando em um certo momento e precisaram de reformas. Isso se deu porque as pessoas não tinham experiência em produzir esse tipo de material e o uso estava sendo muito intenso pelas crianças. Por conta desse problema, foi escolhido comprar alguns brinquedos já prontos nos outros parques, para não inutilizar o parque enquanto os outros equipamentos estivessem em manutenção.

Outra adversidade relativa a esse projeto foi em relação aos orçamentos que, devido a uma escolha organizacional do próprio movimento, era preciso entrar em contato com estabelecimentos diferentes para que um orçamento fosse aprovado e, assim, serem comprados os materiais. Essa burocracia dificultou e atrasou o desenvolvimento da obra.

Dificuldades à parte, chega o dia da inauguração. No período da manhã foi realizado um mutirão de pintura que contou com a participação de muitas pessoas, de idosos a crianças. Foram pintadas as casas próximas ao parque para compor com o espaço, nas cores azul e rosa claro, que foram feitas com tinta para concreto branca e coloridas a partir de pigmentos. Na tarde do mesmo dia começou a festa em si. Aproveitou-se o momento em que a ocupação comemorava 1 ano de sua existência para celebrar também a inauguração do parque. O espaço foi decorado com bandeirinhas e imagens que mostravam a história da 8M desde o dia da ocupação com a criação das casas até o processo de construção do projeto. Foi feito um bolo de comemoração de um ano e também pipoca para as crianças, além de ter sido convidado uma equipe de circo para animar ainda mais as crianças.



Figura 42 e 43: Mutirão de construção na 8M com a presença de crianças, moradores e estudantes do Setor de Arquitetura.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 44: Mutirão de construção na 8M com a presença de crianças.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 45: Mutirão de construção de brinquedos de madeira na 8M.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 46: Atividade de ativação do parque com a comemoração de um ano da 8M. .

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 47: Decoração e apresentação de circo no parque da 8M.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Após a finalização, observa-se que a elaboração do projeto do parque na 8M contribuiu para fortalecer os laços de comunidade dos moradores da área e também reforçar a presença do MTST dentro da ocupação, uma vez que, em algumas ocupações, essa presença se perde um pouco. Ademais, foi visto que o espaço é um ótimo ponto de encontro para as pessoas, tornando-se um lugar versátil sediando assembleias de organização, festas nos fins de semana, transmissão de jogos de futebol, formação para os integrantes do movimento e até mesmo cultos evangélicos.

A horta, que ficou devidamente cercada após o projeto, está funcionando a todo vapor com uma diversidade de vegetais e frutas como berinjela, alface, pimenta e couve. A atividade de cultivar e manter a horta é compartilhada por alguns moradores e também faz parte da atuação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que auxilia com a organização e formação dos moradores sobre técnicas de agroecologia que prezam por práticas mais sustentáveis, como a consorciação de diferentes culturas e a adubação verde.

Essa prática de cuidados com a horta também é benéfica para a criança. Seguindo a lógica do pedagogo e criador do Jardim de Infância Friedrich Froebel (1891), o brincar em contato com a natureza auxilia no desenvolvimento infantil, principalmente em sua fase pré-escolar. Assim como no *Kindergarten*, as crianças podem ter acesso a uma diversidade natural próxima às suas casas, algo raro para a realidade da maioria das cidades.



Figura 48: Comparação entre a interação das crianças da 8M com a horta e a visão de Froebel.
Fonte: Produzido pela autora (2023)

Com todas essas questões postas, vê-se a importância que o local tomou para a comunidade sendo um espaço para atividades múltiplas dando palco para reuniões na área coberta, atividades na horta e também local de brincadeira para as crianças.

POCOTÓ

A OCUPAÇÃO

Também localizado no bairro de Boa Viagem, a comunidade do Pocotó fica próxima ao Shopping Recife, que é um centro comercial de grande destaque na cidade. De acordo com o Plano Diretor recifense, o local está inserido na Zona de Ambiente Construído -ZAC Orla e também na Unidade Conservação da Natureza -UCN Rio Jordão. A ocupação foi consolidada sobre e nas laterais do Túnel Augusto Lucena. Olhando no viés do planejamento urbano, essa obra viária impactou negativamente a cidade no quesito das políticas sociais.

Construído no ano de 1994, o túnel fez parte de um projeto municipal de canalização para o Rio Jordão que tinha como um dos objetivos retirar as palafitas que estavam presentes nas margens do rio. Além disso, foi construída a Avenida Dom João VI paralela a esse curso d'água, para impossibilitar a volta desses moradores à região. Porém, o trajeto onde iria se tornar a Avenida era cortado pelo Viaduto Tancredo Neves, não havendo altura suficiente para a passagem de veículos. Esse fator acarretou na construção do Túnel Augusto Lucena⁵⁶ (ver mapa 04).

Mesmo com os esforços do Poder Público em retirar a população que morava próxima ao rio, foi visto que, alguns anos depois, muitas famílias voltaram a se estabelecer na área com a construção de barracos. Esses acontecimentos podem ser vistos como um planejamento de cidade que é desvinculado das políticas sociais, uma vez que as obras relatadas acima não buscaram a solução do problema habitacional, e sim agravaram esse problema. Dessa forma, podemos concordar com Guilherme Boulos (2012), quando ele afirma que as cidades são pensadas através dos interesses dos mais ricos e acabam por excluir os mais pobres desse espaço. Esses, são apenas permitidos em morar nas periferias⁵⁷ e, ainda por cima, podendo ser

⁵⁶ Informações retiradas da notícia: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/07/tunel-augusto-lucena-o-planejamento-urbano-desvinculado-a-politicas-s.html>. Acesso em: 30 Jul. 2023

⁵⁷ E, mesmo nas periferias, são submetidos a aluguéis que não são compatíveis com o dinheiro que ganham mensalmente. Muitas vezes, tem que viver em situações de coabitação e em habitações precárias.

expulsos a qualquer momento, uma vez que, os interesses dos ricos que moldam esse espaço.

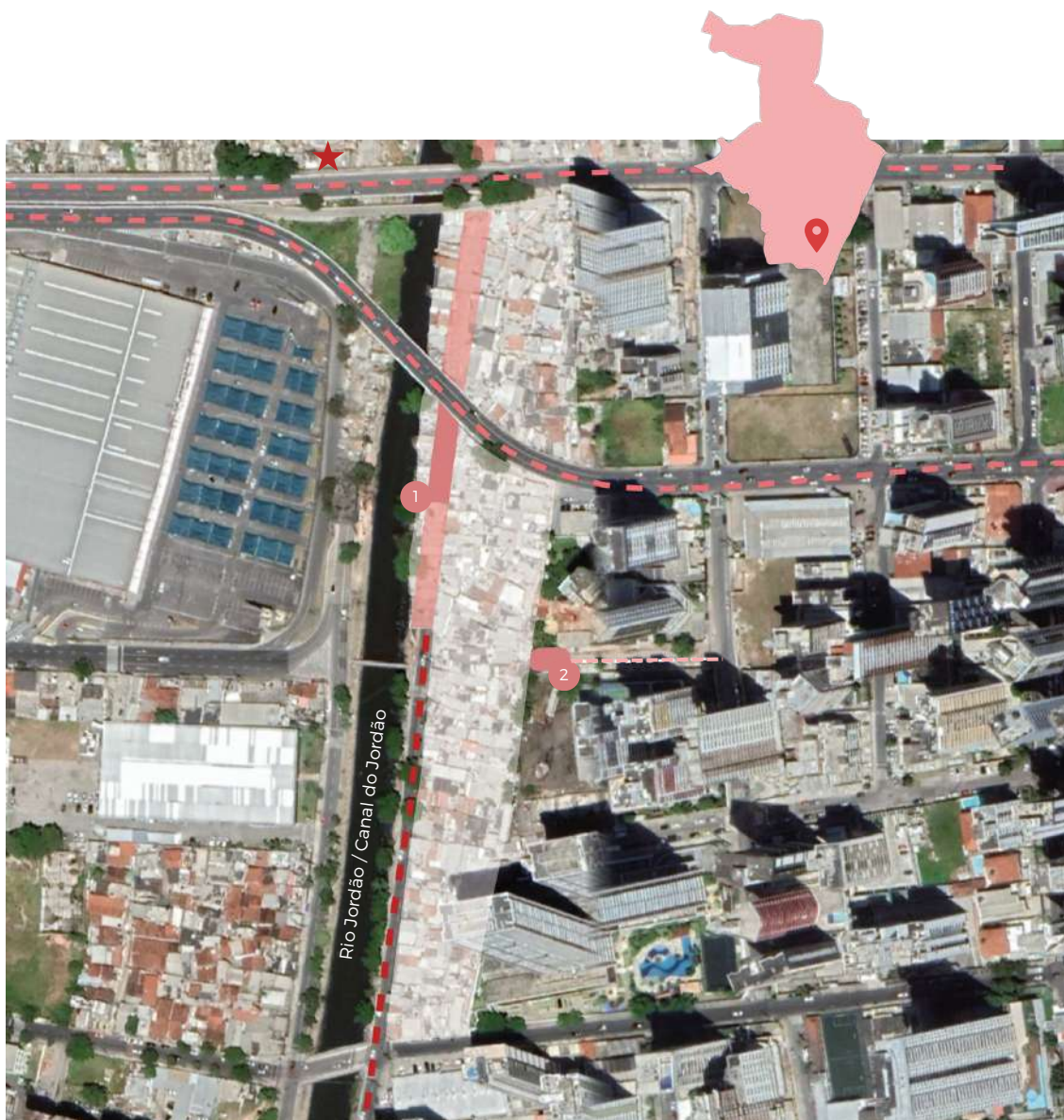
Tendo essa trajetória em vista, a chamada ocupação do Pocotó, que começou no início dos anos 2000, sofreu diversas ameaças de despejo durante sua existência com a prerrogativa de prezar pela segurança dos moradores e da conservação material do túnel. Essas ameaças ganharam destaque principalmente durante os anos de 2017 e 2018, em que houveram vários protestos, como travamentos de vias, contra a desapropriação das casas.

Apesar dos esforços do movimento⁵⁸, em 2018, 12 das 42 famílias que moravam na ocupação foram despejadas das suas moradias.⁵⁹ Porém, nessa mesma época, o Decreto 31.671/2018 foi oficializado pela Prefeitura do Recife. Tal decreto facilita a desapropriação de imóveis comprovadamente abandonados no Recife e pode ser considerado uma vitória vinda dos protestos realizados na Jornada de Lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em Recife.⁶⁰

⁵⁸ É importante comentar que toda a trajetória de luta e a formação de outra ocupação que ocorreram na mesma época foram registradas no premiado documentário "Quem Mora lá?" de 2018.

⁵⁹ Informações retiradas da notícia: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vida-urbana/2019/07/tunel-augusto-lucena-o-planejamento-urbano-desvinculado-a-politicas-s.htm>. Acesso em: 05 ago. 2023.

⁶⁰ Informações retiradas da notícia: <https://mtst.org/mtst/vitoria-das-ruas-apos-jornada-de-luta-do-mtst-pernambuco-decreto-que-facilita-desapropriacao-de-imoveis-e-aprovado/>. Acesso em: 05 Ago. 2023.



0 50 100 150m



Mapa 04 : Ocupação Pocotó.

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com informações cedidas pelo MTST e Prefeitura.

LEGENDA:

- Rotas do Viaduto Tancredo Neves
- Rua Dom João VI
- Rua Alzira do Couto Barros Goldin
- Túnel Augusto Lucena
- 1 Primeiro local para o Parque
- 2 Local final
- ★ Ocupação Fazendinha

INFORMAÇÕES:

Área da ocupação: 12.700 m²

Data de criação: 2003 apx.

Habitantes: 52 famílias

Legislação: ZAC Orla e UCN Rio Jordão

Dimensão do parque: 470 m² - 30m²

Localização: Boa Viagem - Rua Alzira do Couto Barros Goldin

O PARQUE

Coordenado por: Tainã Pimentel

Em fevereiro de 2022, começou-se o planejamento para o projeto no Pocotó. Primeiramente, foram realizadas reuniões online com os responsáveis da Brigada de Arquitetura e algumas lideranças da ocupação, para falar sobre a organização do projeto e o planejamento, além de apresentar as ideias do projeto em si. Após esse momento inicial, marcou-se uma primeira visita no local, até mesmo antes da dinâmica com os moradores, para conhecer um pouco mais o espaço em potencial para a construção do parque e também as lideranças da comunidade.

Posteriormente, foi marcada uma atividade com a presença dos moradores e do grupo que estava à frente do projeto. Como já foi visto nessa mesma atividade nas outras ocupações, compareceram apenas mulheres e seus filhos para participar das dinâmicas. Foi empregada a metodologia do desenho como uma possibilidade livre e lúdica de expor os desejos para o parque. Nesse processo, incluindo um debate sobre o projeto, foi definido que o local de construção para o parque seria sobre o Túnel Augusto Lucena. Essa decisão foi feita com base em vários motivos, como ser um espaço em que as crianças já brincavam no local, ser cercado por casas, não ter movimentação de veículos e ser um dos únicos locais livres na ocupação.

Nesse momento, também foi discutido sobre quais brinquedos e brincadeira as crianças gostariam para aquele espaço e as que mais se destacaram foram balanço, gangorra, escorregador e gira gira. Além disso, também foi visto um apreço por brincadeiras mais simples como pega pega e amarelinha. As mães sugeriram uma área coberta e bancos para aguardar enquanto as crianças brincam, além de proporem uma cerca para cobrir as aberturas que o túnel possui e também circundar a área que é próxima à uma avenida e ao rio.

Com essa escuta inicial, começou-se o momento de projetar. O primeiro projeto possuía cobertura composta de duas partes: uma parte tinha o teto de tecidos entrelaçados confeccionados em monofilamento de PEAD reciclável (utilizado para cadeira de praia) e uma outra área recoberta com telha ecológica. Como ficaria em cima do túnel, a coberta foi pensada para

ter uma estrutura leve de aço e uma base que não precisasse ser chumbada no piso feita com reaproveitamento de aro de pneu.

Para os brinquedos, foram pensados em duas gangorras, amarelinha, um conjunto de bancos brincantes escalonados construídos de tijolos ecológicos, além de estruturas versáteis que serviram como brincadeira, como assento e também como que proteção aos rasgos da estrutura superior do túnel.



Figura 49: Vista de pássaro do parque da Pocotó.

Fonte: Tainã Pimentel (2022), com intervenção da autora (2023)

LEGENDA:

- | | |
|---------------------------|-----------------------------|
| 1 Banco e espreguiçadeira | 4 Brinquedos de madeira |
| 2 Gangorras adaptadas | 5 Coberta de estrutura leve |
| 3 Amarelinha | 6 Bancos |



Figura 50: Vista da coberta do parque da Pocotó.

Fonte: Tainã Pimentel (2022), com intervenção da autora (2023)



Figura 51: Vista dos brinquedos do parque da Pocotó.

Fonte: Tainã Pimentel (2022), com intervenção da autora (2023)

No dia da mostra do projeto à população, estavam presentes precisamente 2 homens, 8 mulheres e 7 crianças. Com a apresentação, foram sugeridas algumas alterações, como a alteração do material da cobertura por considerar que o tecido não seria durável para a comunidade por exigir um nível maior de manutenção necessário. Ademais, foi pedido para alterar o quantitativo de duas gangorras para uma gangorra e um balanço.



Figura 52: Apresentação do projeto inicial aos moradores.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Apesar do planejamento da brigada de arquitetura pensar em possibilidades de materiais mais leves e móveis, visando não sobrecarregar a estrutura do túnel, a Defesa Civil proibiu a continuação das obras, justificando que não poderia ser colocado nenhum peso sobre o túnel. Isso fez com que tivéssemos que mudar o local pretendido para o parque e ter que readaptar o desenho do projeto em um espaço muito menor. Nesse

novo espaço, foi pensado em um parque infantil no estilo parklet⁶¹ na calçada e a coberta construída anteriormente foi readaptada para o novo local.

As crianças e os adultos estavam presentes principalmente nos mutirões de pintura, tanto do primeiro quanto do segundo espaço. Foi convidado um artista local para pintar um mural em grafite no muro contínuo à calçada e adicionar cor ao espaço, o que era muito pedido pelos ocupantes. Mesas e cadeiras construídas pelos próprios moradores comporam com os novos brinquedos instalados.



Figura 53: Crianças participando do processo do grafite na Pocotó.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

⁶¹ Parklets são espaços de pequena extensão e que são contíguos às calçadas. Costumam possuir mobiliários como bancos e surgiram originalmente nos Estados Unidos.



Figura 54: Arte em grafite pronta no muro do parque da Pocotó. Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 55 e 56: Comemoração e ativação do parque da Pocotó. Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 57: Vista do projeto concluído. Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Durante a construção do parquinho, a presença das crianças era constante, tornando a construção do parquinho em uma brincadeira. Isso constrói um senso de pertencimento e cuidado com o local. Além disso, os conflitos que ocorreram com a Prefeitura deram destaque à necessidade de criação de um espaço para as crianças na área e dando ainda mais impulso para sua construção.

Quando o espaço ficou pronto, foi marcada uma festa de inauguração e ativação do local. Nela, houve uma apresentação de circo em que as crianças ficaram sentadas na calçada, assistindo a apresentação. Também havia bolo e sacolinhas para as crianças.

Hoje em dia, está havendo um processo de retirada dos moradores no local. Através de projetos realizados pela Prefeitura, está havendo uma conversa inicial com os moradores sobre esse tema e o MTST está presente nessa intermediação. Além disso, a partir de denúncias feitas por pessoas anônimas de que a estrutura do túnel estava sendo ameaçada pelas construções, a polícia destruiu algumas casas sem a conversa com os moradores e nem com o movimento social. O MTST busca que justiça seja feita e que os moradores possam ter o auxílio necessário para que busquem moradia em outro local e também que tenham planos para a construção de habitacionais, que é o principal objetivo do movimento.⁶²

⁶² Atualmente a ocupação faz parte dos espaços de atuação escolhidos pelo Promorar. Esse programa realizado pela prefeitura visa a "Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental", nas palavras do site oficial. Para os moradores, esse programa está sendo visto com apreensão e também sendo acompanhado pelo MTST.

FAZENDINHA

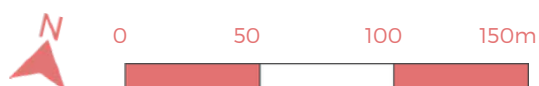
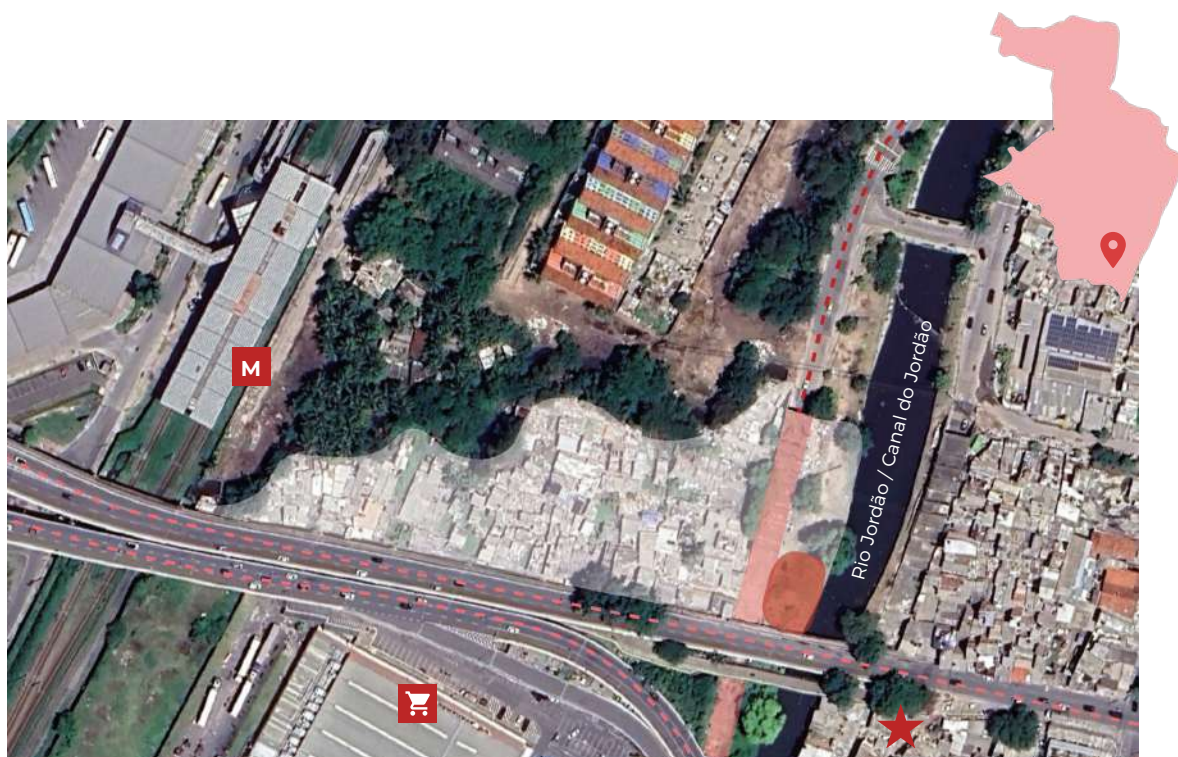
A OCUPAÇÃO

Assim como a ocupação 8 de Março e a Ocupação Pocotó, a Fazendinha se localiza no bairro de Boa Viagem. Além disso, também está localizada no túnel Augusto de Lucena, mas no seu percurso Via Mangue - Boa viagem na margem do rio oposta à Pocotó. Nos parâmetros urbanísticos, a Fazendinha está sobre a UCN -Unidade Conservação da Natureza: UCN Rio Jordão. A ocupação é recente, foi iniciada no ano de 2011 e tem como moradores algumas pessoas que vieram da outra margem do rio. O seu nome advém do fato de que um morador da região criava muitos animais e se referia ao local sempre como “fazendinha”.⁶³

Na sua história, a ocupação começou espontaneamente com a busca das pessoas por um local de moradia na cidade. Inicialmente, uma mulher, que atualmente é uma liderança local, começou a se instalar no local, chegando depois algumas outras pessoas. A Prefeitura tentou retirar essas pessoas do local e a ocupação foi apoiada pelo Coletivo de Luta Comunitária - CLC, permanecendo no espaço. Com o tempo, o MTST entrou para dar apoio a ocupação.

“O movimento (MTST), o povo tem que acreditar, temos que lutar com garra, força e fé” Liderança da Ocupação Fazendinha

⁶³ A fonte dessas informações foi o relato de uma liderança local. Além disso, essa também pode ser a possível origem da ocupação Pocotó.



Mapa 05 : Ocupação Fazendinha.

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com informações cedidas pelo MTST e Prefeitura.

LEGENDA:

- Rotas do Viaduto Tancredo Neves
- Rua Dom João VI
- Túnel Augusto Lucena
- Local do parque infantil
- ★ Ocupação Pocotó
- Estação Tancredo Neves
- Atacadão

INFORMAÇÕES:

Área da ocupação: 10.700 m²

Data de criação: 2011

Habitantes: 87 famílias (pessoas cadastradas)

Legislação: UCN Rio Jordão

Dimensão do parque: 590m²

Localização: Boa Viagem - à margem do Rio Jordão e ao lado do Túnel Augusto Lucena

O PARQUE

Coordenado por: Gabrielle Gomes

Após um planejamento inicial da Brigada de Arquitetura, com reuniões online e a criação de cronograma de atividades, foi realizada a primeira dinâmica com os moradores em abril de 2022. Nessa atividade inicial, houve uma roda de conversa com os moradores e um exercício de desenhos para o parque com as crianças. Desse momento, foi escolhido o lugar para receber a intervenção do parque e, devido a multiplicidade de usos no local, foi pensado inicialmente em dividi-lo em 3 partes: área para a brincadeira, quadra e local para reciclagem. O local é amplo, quando comparado ao espaço dos outros parquinhos, e está entre o túnel e o canal do Rio Jordão, em uma área que estava tendo um acúmulo de lixo por ser um estacionamento para os carrinhos dos catadores.

Foram levantadas demandas dos moradores para o espaço como um mobiliário de apoio para os pais, mesa de jogos, brinquedos variados, campo de futebol, cobertura, pintura e vegetação. Também foi vista a necessidade da colocação de redes de proteção ao redor do parque, para proteger as crianças do curso d'água próximo, além de uma escada para dar acesso ao parque devido ao desnível do túnel.



Figura 58 e 59: Primeira atividade *in locus* na Fazendinha.

Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Em seguida, chegou o momento da elaboração do projeto em si. O campo de futebol, sugerido pelos moradores, se tornou inviável devido à

quantidade de alambrado que deveria ser colocado, o que não caberia no orçamento. Então, o projeto elaborado era composto de uma coberta, mesas para jogos, brinquedos de materiais reaproveitados como pneus e madeira, pinturas geométricas coloridas que estavam presentes em toda a extensão do parque e também algumas plantas.



Figura 60: Vista da ponte para o Projeto na Fazendinha. Fonte: Gabrielle Gomes (2022), intervenção da autora (2023)



Figura 61: Vista do túnel para o Projeto na Fazendinha. Fonte: Gabrielle Gomes (2022)

A apresentação do projeto aos moradores atrasou em alguns meses por conta das fortes chuvas que houveram em maio de 2022 e impossibilitaram a continuação da proposta. Em julho, ainda com as chuvas, ocorreu a apresentação e os moradores se mostraram muito interessados, comparecendo homens, mulheres e crianças (estando presentes as mulheres em maior número). Nesse momento, foi sugerido a retirada da coberta do projeto para investir mais nos bancos e nas mesas para jogos. Além disso, sugeriram brinquedos de materiais mais resistentes para terem uma maior durabilidade.

Com essas alterações feitas, deu-se início aos mutirões de limpeza da área, que estava com muito lixo e vegetação espontânea. Foram 2 mutirões de limpeza e um mutirão de pintura da área, sem contar com a construção e implantação do mobiliário em si. Como o local fica próximo ao túnel e também ao Viaduto Tancredo Neves, ambos foram pintados em formas geométricas para compor com o parquinho. As tintas usadas nesses, e nos outros parquinhos do projeto também, é uma tinta para piso branca com pigmento líquido. A proporção feita para a mistura da tinta era de 3,6l de tinta para 2l de água e 3 bisnagas de cor.



Figura 62 e 63: Vista da área do projeto na Fazendinha e construção do mobiliário de tijolo ecológico.
Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.



Figura 64: Mutirões de concretização do parque na fazendinha: pintura e amarelinha de tampinhas.
Fonte: Setor de Arquitetura do MTST-PE.

Outra contribuição importante desse projeto, foi o mobiliário feito de tijolos ecológicos e cola específica para eles, dispensado o uso de cimento. Esse mobiliário, construído pelos próprios moradores, foi constituído de duas mesas com tampo de madeira e quatro bancos cada; uma mini escalada e um banco brincante estilo arquibancada.

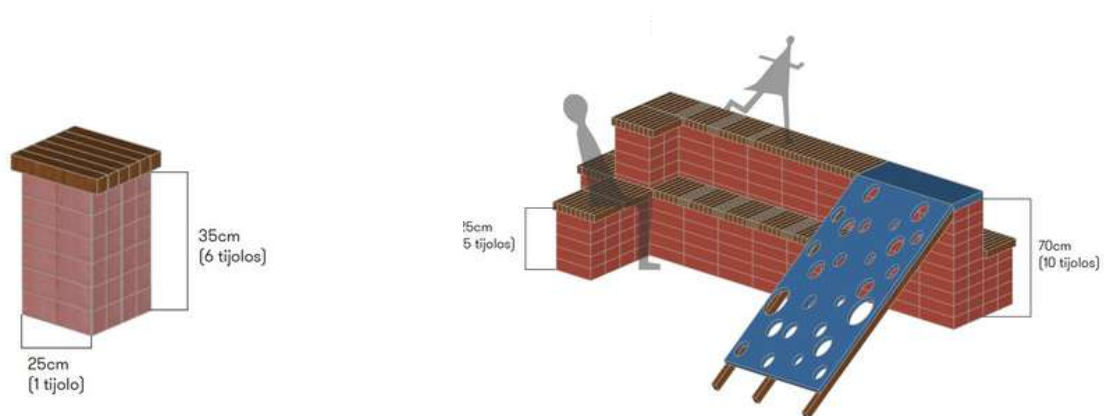


Figura 65: Exemplos de mobiliários de tijolo ecológico na fazendinha.
Fonte: Isabela Neves (2022)

Como brinquedos, foram colocados dois brinquedos metálicos, uma gangorra de dois lugares e um balanço também de dois lugares. Além disso, foi feito um brinquedo com pneus e barras metálicas que podem ser usados como escalada ou para passar por baixo. Também foi feita uma amarelinha com piso tátil de tampas de garrafa pet, trazendo a sustentabilidade e também um colorido maior. Ao redor dos brinquedos foi colocado areia para demarcar o espaço deles. Outra iniciativa que compõe o parque são os canteiros de pneu, nos quais foram plantadas mudas de algumas espécies.

A areia presente no projeto lembra muito as caixas de areia, vastamente utilizadas nos parques de Aldo van Eyck em Amsterdã. Originalmente proposta pelo Pedagogo Froebel, essa metodologia propõe um contato da criança com um elemento de natureza. Além disso, o projeto como um todo evitou utilizar concreto para o piso e isso corrobora com a conexão da criança com o reino natural.

No dia da inauguração do parque, houve uma comemoração com direito à apresentação circense e lanches como pipoca, cachorro quente e bolo. Além disso, foram feitas brincadeiras com as crianças e até mesmo uma pinhata de balão cheia de doces. Segundo os organizadores da festa de inauguração, 200 crianças participaram da celebração. Esse número demonstra a importância de um espaço destinado para a brincadeira na Ocupação da Fazendinha e nos arredores, já que antes as crianças brincavam em um lugar que não havia segurança para elas, devido ao lixo presente no espaço e falta de estrutura necessária.



Figura 66: Crianças brincando na celebração do parque da Fazendinha.
 Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 67 e 68: Crianças nas mesinhas ecológicas e Apresentação circense.
 Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 69 e 70: Visualização do túnel próximo ao parque e visão de mobiliários do parque da Fazendinha.
 Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

O brincar, já estabelecido como uma atividade fundamental para o desenvolvimento infantil por autores como Wallon (2010), encontra um lugar em um espaço carente de políticas públicas voltadas ao lazer e a sua relevância é vista através da participação dos moradores durante a atividade de ativação do território. A brincadeira se encontra especializada na cidade, assim como acontece há centenas de anos. As brincadeiras se transformam, mas essa atividade intrínseca da vivência infantil continua fazendo parte do tecido urbanizado.

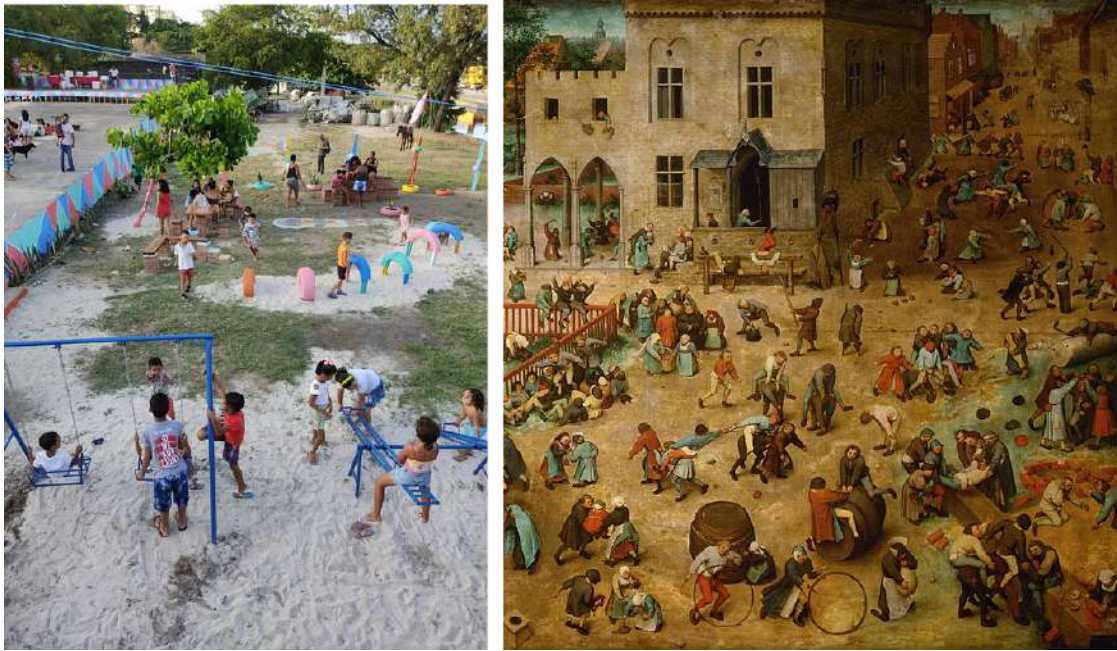


Figura 71 e 72: Crianças brincando na Fazendinha em 2022 e crianças brincando na Pintura de Pieter Bruegel no século XVI.

Fonte: Setor de Arquitetura (2022) e Google arts and culture.

O impacto do projeto no local pode ser observado de diferentes formas. Apesar de que em alguns momentos poucas pessoas participarem dos mutirões, a dinâmica de pintura chamou a atenção de muitos moradores que se envolveram no projeto. O efeito visual da pintura no projeto mudou completamente o ambiente, deixando os participantes dessa etapa orgulhosos do seu trabalho e chamando a atenção de quem passa por lá.

Esse movimento de engajamento na comunidade, consolida os laços de comunidade entre os moradores e fortalece o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o que pode ser percebido na fala de uma das moradoras da ocupação da Fazendinha:

Agora quando for aniversário do meu filho eu vou trazer o bolo pra cá, porque antes cantava parabéns só eu e ele em casa, eu não gostava de deixar ele vir pra cá porque só tinha lixo, mas agora tá lindo aí a gente vem comemorar aqui no parquinho. (Moradora da Fazendinha)

Além disso, o espaço é muito frequentado pelos adultos. Não só para acompanhar seus filhos, mas também para conversar e jogar dominó, tornando-se um espaço importante para a socialização da ocupação. A

iluminação que foi instalada junto ao projeto possibilita que o parque possa ser usado em mais turnos e isso estende seu uso durante o dia.

Como foi mencionado, o parque começou a chamar atenção das pessoas que passavam à caminho do aeroporto e, conseqüentemente, chamou a atenção da Prefeitura do Recife também. Essa, realizou uma visita ao território retirando abandeira do MTST que ficava próxima ao túnel e também os “carrinhos” de reciclagem dos catadores que estacionavam ao lado do parque. Eles argumentaram que aquele espaço dos “carrinhos” era “feito” e que iriam realocar esse estacionamento para outro local. Além disso, a Prefeitura também tirou o guarda corpo do parque, ao comentar sobre uma requalificação do Rio Jordão.⁶⁴

Essa atitude demonstra o desrespeito do órgão do poder executivo municipal aos moradores da ocupação, uma vez que, muitos deles trabalham com a reciclagem de materiais descartados e aquele espaço era fundamental para suas atividades diárias. Através de uma abordagem lefebvriana, pode-se ver como o tecido urbano é moldado pelos interesses das classes dominantes em aversão aos mais pobres, que não são respeitados e nem contemplados na maioria das políticas urbanas.

Apesar dos cuidados e da manutenção por parte dos moradores, o parque precisou sofrer intervenções neste ano devido aos danos dos brinquedos e aos mobiliários. Por conta disso, o MTST está organizando uma visita para analisar o que está danificado e poder propor e realizar as mudanças necessárias.

⁶⁴ É interessante comentar que, assim como Pocotó, atualmente a ocupação faz parte dos espaços de atuação escolhidos pelo Promorar, visto com apreensão por parte dos moradores e também sendo acompanhado pelo MTST.

CAROLINA DE JESUS

O BAIRRO



A ocupação Carolina de Jesus se localiza no bairro chamado Jardim São Paulo. Ele é um bairro majoritariamente residencial com áreas comerciais restritas. Na sua história, vê-se que ele foi um engenho de açúcar com o nome Engenho São Paulo, em que sua fundação remonta a 1554 por um casal de portugueses. Com o tempo, o terreno foi mudando de proprietário e de função, chegando até a ser uma terra destinada para pecuária. Durante a primeira metade do século XX, foi iniciada a venda de lotes do local.⁶⁵

Além disso, a área em que a ocupação se insere faz fronteira com um outro bairro: Barro. Esse, teve seu nome advindo do barro vermelho que recobria a área e também era originalmente um engenho, chamado Engenho Peres. Em um raio de 300 metros da ocupação, está o cemitério dos israelitas fundado em 1927 pelo Centro Israelita de Pernambuco. Outro ponto de referência importante para o local, é a estação de metrô Barro, que divide a mesma rua da ocupação. (CAVALCANTI, 1998) .

A OCUPAÇÃO

No começo do ano de 2017, centenas de famílias ocuparam o terreno próximo à estação de Metrô do Recife chamada Barro. Segundo integrantes do movimento, o terreno havia sido desapropriado pelo Governo do Estado para uma expansão da estação de metrô em questão, porém nenhuma obra havia sido feita na área. (MTST, 2017)⁶⁶. Inserido na ZDS Tejipió, o terreno ficou

⁶⁵ Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1108%3Ajardim-sao-paulo-bairro-recife&catid=45%3Aletra-j&Itemid=1. Acesso em: 03 Ago. 2023.

⁶⁶ Disponível em: <https://mtst.org/mtst/2-meses-da-ocupacao-carolina-de-jesus-em-recife-pe/>. Acesso em: 21 ago. 2023

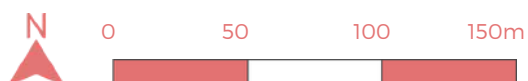
ocioso durante anos, até a data da ocupação onde pode vislumbrar uma função social.

Nesse processo, dentro dos primeiros meses do seu início, houve um caso de violência policial. Após uma tentativa de remoção das famílias, foi marcada uma reunião de negociação com a secretaria de habitação do Governo do Estado. Quando os moradores chegaram no local, a reunião havia sido cancelada e eles estavam tentando entender o porquê do cancelamento quando as agressões começaram. Policiais militares cercaram os moradores e começaram a atirar balas de borracha nas pessoas, mesmo com a presença de crianças e idosos. (MTST, 2017). ⁶⁷

Os policiais também usaram spray de pimenta, cassetetes e até armas de fogo para assustar as pessoas que estavam apenas buscando defender um direito básico que é a moradia. Esse tipo de acontecimento se repete na história do MTST, mas não intimidou os moradores que seguiram reivindicando habitações dignas, tanto através de protestos contra o despejo, quanto na justiça para serem incluídos nos projetos públicos para moradia, que é o objetivo final de toda ocupação.

O nome dado à ocupação, Carolina de Jesus, é uma homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus, autora de livros como Quarto de Despejo: diário de uma favelada, no qual conta a história do seu dia a dia na favela do Canindé, na cidade de São Paulo. Ela é vista como uma companheira de luta, já que escreveu sobre a luta urbana por moradia durante sua vida.

⁶⁷Disponível em: <https://mtst.org/mtst/2-meses-da-ocupacao-carolina-de-jesus-em-recife-pe/>. Acesso em: 21 ago. 2023



Mapa 06 : Ocupação Carolina de Jesus.

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com informações cedidas pelo MTST e Prefeitura.

LEGENDA:

-  Rodovia Governador Mario Covas
-  Vias de acesso
-  Trilhos do Metrô
-  Estação Barro
-  Caminho de entrada ao parque
-  Local do parque infantil
-  Creche

INFORMAÇÕES:

Área da ocupação: 6.360 m²

Data de criação: 2017

Habitantes: 250 famílias (dados de 2017)

Legislação: ZDS Tejió

Dimensão do parque: 175m²

Localização: Jardim São Paulo - Próxima à Estação Barro

O PARQUE

Coordenado por: Eduarda Rocha

Após uma organização interna do movimento e também da Brigada de Arquitetura, foi marcada a primeira atividade *in loco* em Abril de 2022 na creche da ocupação. Na reunião, foi explicado o objetivo do edital e seus processos, além de fazer algumas dinâmicas que possibilitassem aos moradores expressar seus desejos para os espaços livres do território. Um dos métodos empregados foi o desenho, que já havia sido feito em outros parques do projeto. Nesse momento, foram descritas algumas prioridades como brinquedos variados incluindo balanço, escorregador e gangorra; uma mesa grande, que pudesse acolher várias atividades; e um espaço coberto, que pudesse também ser utilizado para a realização de assembleias.



Figura 73: Primeira atividade do projeto *in locus* na Carolina.

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 74: Palavras mais presentes nos desenhos na Carolina. .

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

O local escolhido para a construção ficava próximo a creche da ocupação e estava sendo utilizado como depósito para lixo da própria comunidade, mesmo sendo proibido pelo consenso dos moradores. O parque, então, serviria de apoio para a creche e evitaria o acúmulo de lixo na área. O terreno era irregular e possuía um grande desnível, o que gerava acúmulo de água em algumas regiões após a chuva. Por conta desses problemas, foi pensado, junto à população, em realizar um aterro nas áreas mais baixas do terreno para amenizar o problema do escoamento da água. Também foi escolhido não cimentar nenhuma área do projeto, para não prejudicar a drenagem do solo.

Com esse panorama inicial, pode-se progredir com a fase da estruturação do projeto. Nesse primeiro momento, pensou-se em utilizar bastantes pneus na construção dos brinquedos, utilizando esse material em uma escalada, no balanço e em um circuito. Também foi pensado em criar uma canaleta para melhorar o escoamento da água, mas os moradores consideraram que o aterro em si já era suficiente para contornar essa situação.

Assim como nos outros parques, as chuvas de maio de 2022 afetaram o planejamento do projeto devido ao impacto dos desastres na população. Então, após uma pausa, foi feita atividade de validação do projeto em julho do mesmo ano. Nesse momento, foi definido como prioridade a construção

da coberta, afinalização de uma pia que já existia advinda de outro projeto, mesa, brinquedos de concreto e lixeiras.



Figura 75: Apresentação do projeto aos moradores da Carolina.

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 76: Apresentação do projeto aos moradores da Carolina.

Fonte: Eduarda Tocha (2022)

Entrando na fase dos mutirões, havia muito material para ser retirado na área e esse fator acarretou na presença de muitos moradores para limpar a área. Mulheres de várias idades, idosos e crianças foram as pessoas que mais engajaram no projeto, tendo uma boa adesão dos moradores. Os

homens estiveram mais presentes no processo de aterrar a área e na construção da coberta, processo esse que alguns deles foram remunerados.

No momento da construção dos brinquedos, houve uma mudança no material empregado. Os tijolos ecológicos entraram em cena na criação de um escorrego com uma travessia que ligava a escada ao escorregador em si. Esse material também foi utilizado na construção dos bancos e da base da mesa. Os tijolos ecológicos além de serem mais sustentáveis do que os tijolos comuns, são simples e fáceis de utilizar. Possuem encaixe e dispensam o uso de concreto, podendo ser utilizado apenas com cola específica para tijolos.

Além disso, foi construído um balanço simples de madeira e corda para compor o parquinho. Os brinquedos foram pintados com tinta pigmentada, assim como as casas próximas para trazer um maior colorido à área. Já a coberta, possui um total de 6 apoios e uma água, sendo construída com pilares e vigas de madeira, acompanhada de telhas de fibrocimento. Também foi construído um portão de acesso ao parque com ripas de madeira, pois os moradores queriam ter um controle maior do acesso à área.



Figura 77 e 78: Setor de Arquitetura em conversa com construtor e foto do terreno do parque na Carolina. Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 79: Processo de construção e brinquedos pronto na Carolina.

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 80: Processo de construção de cobertura e muro..

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

Com o parque pronto, foi feita uma festa de comemoração e ativação do projeto com direito à apresentação de artistas circenses e lanches para as crianças. Ao longo dos dias, o parque foi utilizado para fazer festas, aniversários, piqueniques e almoços coletivos, transformando-se em um espaço de convivência para a comunidade, além do próprio uso do parque

para a brincadeira. O espaço também foi utilizado como apoio para a creche, onde as crianças podiam brincar nos intervalos. Apesar disso, a creche parou de funcionar e o espaço deixou de ser utilizado na frequência anterior. Atualmente, o espaço está necessitando de alguns reparos e o Setor de Arquitetura do MTST está organizando a realização de uma reforma no local.



Figura 81: Fotos da atividade de ativação na Carolina.

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 82: Brinquedos do parque de Pocotó.

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

SÍTIOS DOS PESCADORES

O BAIRRO



O bairro do Pina, onde se localiza o Sítio dos Pescadores, deve-se ao antigo proprietário do sítio que existia na localidade e se chamava Capitão André Gomes Pina (Carlos Bezerra). O bairro do Pina passou muito tempo sendo acessível apenas por barco, e apenas no começo do século XX foi construída a primeira ponte. Ela era improvisada, construída com tubos de esgoto que levavam os dejetos para a praia. Esse esgotamento fazia parte das obras de saneamento básico do Recife, organizadas pelo Engenheiro Sanitarista Saturnino de Brito. Tal acontecimento acabou deixando a beleza litorânea menos procurada pelos banhistas que utilizavam a área. (CAVALCANTI, 1998)

A primeira ponte, de fato, só foi construída com chegada da Avenida Boa Viagem, ainda na primeira metade do século passado. Além disso, o bairro é conhecido como um local que abrigava trabalhadores que tiravam seu sustento da praia, como pescadores, marisqueiros e tiradores de coco. A área também já foi palco para a construção do Forte da Barreta (Schoonem Burgh), criado pelos Holandeses em 1645 para a defesa do território.

A localidade em questão detém uma grande área de mangue, onde acontece o encontro dos rios Capibaribe, Jordão, Pina e Tejiptó com o mar. Recentemente, houve uma maior procura do mercado imobiliário para o Pina devido à construção da Via Mangue que fica às margens da Unidade de Conservação da Natureza (UCN) Parque dos Manguezais. Além disso, a construção do Shopping Rio Mar atraiu muitos empreendimentos para a área, aumentando a especulação imobiliária.

A OCUPAÇÃO

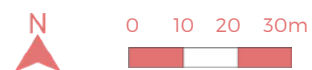
A ocupação em questão está localizada em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) chamada de Encanta Moça, inserida na Comunidade do Bode. Próximo à ocupação, na parte oposta à sua entrada, está localizada a Livroteca Brincante do Pina. O espaço dá acesso à uma biblioteca com 8.000 livros e 120 crianças cadastradas no ano de 2022, segundo o idealizador do projeto, Ricardo Gomes.⁶⁸ Além do acervo de livros, o local também é palco de uma infinidade de atividades culturais com dança, música, artesanato e poesia.

O Sítio dos Pescadores, nome que conta um pouco da história do Pina, é uma ocupação criada em 2016 e que foi apoiada pelo MTST após alguns dias de sua criação. Os moradores foram construindo os barracos sem assessoramento técnico e acabaram não realizando o aterramento da área da melhor forma possível, segundo uma moradora da ocupação. Por estar localizado em uma área alagável e próxima ao mangue, o terreno é muito propenso ao acúmulo de água.

⁶⁸Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/10/17/na-comunidade-do-bode-livroteca-brincante-do-pina-fomenta-aco-es-de-acesso-a-cultura-e-leitura>. Acesso em: 20 Ago. 2023



Mapa 07 : Ocupação Sítio dos Pescadores.
 Fonte: Elaborada pela autora (2023) com informações cedidas pelo MTST e Prefeitura.



LEGENDA:

- Caminho de entrada ao parque
- Local do parque infantil
- Livroteca brincante do pina

INFORMAÇÕES:

- Área da ocupação:** 2.540 m²
- Data de criação:** 2016
- Habitantes:** 80 famílias, aproximadamente
- Legislação:** ZEIS - Encanta Moça
- Dimensão do parque:** 36m²
- Localização:** Pina - Rua Eurico Vitrúvio

O PARQUE

Coordenado por: outras pessoas e, por fim, Lahys Barros

Em março de 2022, foi realizado o momento inicial de apresentação do projeto à ocupação, tendo sido realizado após uma organização prévia da Brigada de Arquitetura. Esse momento foi dividido em duas atividades, uma delas destinada aos adultos e outra para as crianças. A dinâmica com os adultos foi realizada em formato de roda de conversa em que foram colocados pontos sobre o local mais propício para a construção do parque, quais seriam os usos e os desejos para o parque.

Já com as crianças, foi realizado o exercício do desenho, metodologia comum em todas as ocupações. Após expressarem como elas imaginavam que seria o parquinho, cada um apresentou seu desenho para o restante do grupo explicando o que havia pensado. Por ser um local próximo ao mangue e por ter duas árvores no local, muitas crianças desenharam casas na árvore.



Figura 83: Primeira atividade no Sítio dos Pescadores.
Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

utilizar a arte como forma de transformação social e pretende-se criar um graffiti no parquinho em parceria ao grupo.



Figura 85: Alagamento na área do parque no Sítio dos Pescadores. .

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)



Figura 86: Construção de sistema de drenagem no Sítio..

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

As chuvas no final de maio de 2022 afetaram bastante as famílias que moravam na ocupação, deixando evidente a necessidade da realização da obra de drenagem. Além disso, esse acontecimento atrasou o cronograma

do projeto, que acabou tendo outros empecilhos durante sua realização. Após uma organização e divisão de tarefas na Brigada de Arquitetura, as pessoas responsáveis por esse projeto precisaram se ausentar do movimento e isso gerou uma desorganização no processo, uma vez que todas as outras pessoas já estavam com suas devidas responsabilidades alocadas.

Mesmo com tais problemas, conseguiu-se finalizar o projeto com a prestação de contas devidamente realizada. Após a execução das obras de drenagem, foram colocados dois brinquedos metálicos: um balanço e uma gangorra. Apesar disso, ainda está em andamento, dentro do agora Setor de Arquitetura do MTST, o projeto para a construção de mais elementos para o parquinho. São esses elementos um mobiliário de bancos em tijolos ecológicos, canteiros para a plantação de ervas medicinais realizada pela Brigada de Agroecologia do movimento e também o graffiti realizado pelo Coletivo Pão e Tinta, já mencionado anteriormente.



Figura 87: Crianças brincando no Sítio .

Fonte: Setor de Arquitetura (2022)

O espaço projetado é diariamente frequentado pelos moradores, pois é muito próximo das suas casas e é o único espaço de convivência na vizinhança. Os moradores usam como ponto de encontro para conversar, enquanto as crianças brincam. Em adição aos problemas já citados, atualmente o sistema de drenagem necessita de uma manutenção devido ao acúmulo de lixo e é necessária a retirada de uma árvore no local. É importante dizer que muitas dessas demandas estão sendo sanadas tardiamente, pois agora os outros projetos estão finalizados e é possível alocar a responsabilidade dos integrantes do setor.



CONCLUSÃO

A partir do texto, pode-se ver como a luta pela terra está presente na história do nosso país e como ela ainda é uma questão de grande importância para os dias de hoje. No espaço das cidades, movimentos como o MTST atuam de forma a garantir o direito constitucional de moradia aos trabalhadores, com atuação fundamental nas periferias. Viu-se também como as elites econômicas, inclusive representadas na política, influenciam e moldam o tecido urbano em prol dos seus interesses.

Nesse ínterim, os parques infantis se inserem na cidade sob um viés da mercantilização do solo e segregação do espaço. Assim, um ambiente voltado à ludicidade em áreas urbanas se torna fundamental não só para a formação das crianças, mas também para sua atuação nas cidades e convívio em sociedade. Elas têm acesso a um local arquitetado para elas e de acordo com suas necessidades, podendo estimular sua criatividade e imaginação através da atividade própria da criança: a brincadeira.

Sendo assim, a experiência de construção dos parques traz consigo uma forma de transformar a cidade através do poder contraproducente da brincadeira. Em locais onde o Poder Público, geralmente, não tem interesse em investir em locais de lazer, os parques trouxeram novas possibilidades para os sem-teto. Um espaço destinado à brincadeira, pensado e formatado de acordo com os interesses dos moradores da ocupação e no qual eles atuaram no projeto de forma colaborativa com arquitetos e estudantes de Arquitetura.

Nesse processo, observamos alguns pontos comuns em todos os 6 parques realizados no Recife. Viu-se que a conversa com a Prefeitura, mesmo que, muitas vezes, complicada, é necessária para evitar maiores problemas no desenvolvimento do projeto, tentando ter uma abordagem integrativa invés de opositiva. Também se constatou um problema organizacional do setor devido ao pouco número de integrantes para sanar todas as demandas do projeto. Problema esse que vai vir a ser sanado com a entrada de novos integrantes no presente ano de 2023. Ainda nesse contexto, as chuvas de maio de 2022 e a burocracia da prestação de contas do projeto colaboraram para atrasos no cronograma.

Além disso, pode-se ver que a participação das mulheres foi marcante no processo de construção de todos os parques. Elas, como lideranças de

cada ocupação, organizaram e mobilizaram as pessoas para participarem das atividades de estruturação dos espaços lúdicos. A presença delas foi majoritária no desenvolvimento do projeto, seguida da presença das crianças que também foi marcante. A brincadeira das crianças começou desde a idealização da proposta através do exercício do desenho, esteve presente também em sua construção e, obviamente, na finalização desses ambientes, onde os pequenos puderam utilizar de um espaço desenvolvido com eles e para eles.

A participação dos moradores foi algo que oscilou de ocupação à ocupação. Apesar disso, pode-se observar que nas ocupações mais novas, como a 8ª de Março, a presença das pessoas era maior do que em ocupações mais antigas. Além disso, os mutirões que os moradores mais estiveram presentes foram nos de pintura, pois a atividade chamava muita atenção pelas cores e muitas pessoas, inclusive muitas delas crianças, sentiam interesse em participar.

Apesar de uma avaliação de pós uso não ser um objetivo do presente trabalho de conclusão, pode-se ver que os parques foram bem aceitos pelas ocupações tendo um uso muito constante e ativo das crianças. A necessidade de manutenção se viu presente em alguns dos parques, algo já previsto na própria metodologia do projeto. Vendo que alguns dos materiais utilizados não tem uma durabilidade prolongada, como o pneu, isso já era subentendido. O uso destes materiais se deu aliado à proposta do projeto “Ideias para parques infantis”, que visava a realização de parques com materiais reaproveitados sustentáveis.⁶⁹ Para além dessa questão, entende-se que o processo de construção fortaleceu os laços da comunidade e a noção de pertencimento entre eles.

É preciso lembrar que muitos detalhes não puderam vir no presente trabalho por uma questão de recorte. Apesar disso, buscou-se relatar os acontecimentos de forma concisa e elucidativa. A escolha de introduzir cada parque a partir de uma leitura de espaço mais ampla, integrando o bairro e a ocupação, trouxe ao trabalho um conhecimento maior sobre aquele

⁶⁹ O uso de equipamentos mais resistentes como brinquedos em metal que contrariavam a ideia original do projeto foi uma demanda pedida pelos próprios moradores e, assim, contemplada no projeto.

território e as condições que o rodeiam, para além do parque infantil. Dessa forma, obteve-se uma análise mais coesa e integrativa dos fatos.

A realização do projeto apresentado favoreceu a formação de estudantes de Arquitetura e jovens arquitetos que puderam pôr em prática seus conhecimentos técnicos aprendidos em sala de aula durante a graduação. A troca de saberes entre os moradores de diversas profissões, arquitetos e pedreiros é marcante neste processo, na medida em que todas as partes puderam adquirir experiências válidas para as suas vidas de maneira integral. Também é importante comentar que esse conhecimento não é apenas de natureza técnica, mas também uma sabedoria compartilhada através de trajetórias de vida e visões de mundo diferentes, gerando novas percepções sobre o mundo que nos rodeia.

Além disso, é importante comentar sobre a utilização desses parques infantis. Foi visto que eles foram utilizados de uma maneira muito diversa, indo além do uso destinado à brincadeira infantil. Esses locais se tornaram espaços de convivência para os moradores, sediando atividades como assembleias para debater demandas da ocupação, celebrações de datas comemorativas, festas de aniversário, eventos religiosos e apoio educacional. Ter um espaço como esse inserido em ocupações onde o direito ao lazer muitas vezes é negado, e onde as políticas públicas não tem interesse em intervir positivamente, é um ganho de grande valor para as comunidades que o usufruem. Destacando, obviamente, o valor de uso desses espaços em detrimento do valor de troca.

Assim, justifica-se, para além de uma coerência com a prática, o uso do termo parques invés de apenas parques infantis no presente trabalho. Tratando-se de locais onde carecem espaços de convivência, os espaços lúdicos trouxeram uma oportunidade para fortalecer a convivência dos moradores das ocupações e trazer um ambiente multifuncional que agrega múltiplas possibilidades de atividades. Por fim, os parques também favorecem para uma sensação de pertencimento por parte dos moradores ao ter à sua disposição um local destinado ao convívio diário. Nesse *locus*, as pessoas conversam sobre as mesmas dificuldades e entendem que não estão sozinhas nos seus problemas, mas que aluta é compartilhada entre

elas. Dessa forma, luta por moradia na cidade é fortalecida a partir dessa visão integral das problemáticas individuais de cada morador e militante.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULOS, Guilherme. **Porque Ocupamos?:** uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecchi, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRINCAR livre. **Change X,** Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www.changex.org/br/playground-ideas/jiquia-recife-pe>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRINCANDO junto. **Change X,** Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www.changex.org/br/playground-ideas/av-des-jose-neves-boa-viagem-recife-pe>. Acesso em: 19 set. 2023.

CAVALCANTI, Carolos B. **O Recife e seus bairros.** 2.ed. Recife: Câmara Municipal de Recife, 2005.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança.** Tradução: Guido de Almeida. São Paulo: Summus, 1987.

COSTA, Aurélia X.; SILVA, Rosália C. D.; VERARDI, Cláudia A.. Jardim São Paulo (bairro, Recife). **Fundação Joaquim Nabuco,** Recife, [s.d.]. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1108%3Ajardim-sao-paulo-bairro-recife&catid=45%3Aletra-j&Itemid=1. Acesso em: 19 set.

COX, Maureen. **Desenho da criança.** Tradução: Evandro Ferreira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CRIANÇAS pela 8M-PE. **Change X,** Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www.changex.org/br/playground-ideas/recife-pe-1>. Acesso em: 19 set. 2023.

EBRAHIM, Raíssa. Coletivo Pão e Tinta celebra dez anos levando arte periférica para galeria do Sesc Santo Amaro. **Marco Zero,** 24 mai. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/coletivo-pao-e-tinta-celebra-dez-anos-levando-arte-periferica-para-galeria-do-sesc-santo-amaro/>. Acesso em 19 set. 2023.

FERREIRA, Tatiana. Às vésperas da desocupação, famílias do Túnel Augusto Lucena não têm para onde ir. **MTST,** 14 set. 2017. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/as-vesperas-da-desocupacao-familias-do-tunel-augusto-lucena-nao-tem-para-onde-ir/>. Acesso em 19 set. 2023.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FETZNER, Adriana B. et al. CONTAG: 40 anos de Luta. **Revista CONTAG,** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FORMIGUINHAS brincantes. **Change X,** Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www.changex.org/co/acupuntura-urbana/estr-particular-br101-norte-terminal-int-do-barro-jardim-sao-paulo-recife-pe-50900>. Acesso em: 19 set. 2023.

Fundação João Pinheiro. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 9 set. 2023.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria De Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação:** religião e política na América Latina. Tradução: Vera Josceline. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MAGNANI, José G.C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MARTINHO, Joana I. P. **O espaço para a criança na cidade:** um estudo crítico a partir da experiência de Aldo van Eyck. 2014. 119 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Do Porto, Porto, 2014.

MTST - PE Pocotó. **Change X**, Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www.changex.org/br/playground-ideas/recife-pe-2>. Acesso em: 19 set. 2023.

MTST - Sítio dos Pescadores. **Change X**, Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www.changex.org/br/playground-ideas/recife-pe-3>. Acesso em: 19 set. 2023.

OCUPAÇÃO Aliança com Cristo. (De mãos dadas), **s.d.** Disponível em: <https://demaosdadas.org.br/ocupacao-alianca-com-cristo-mtst-pe/>. Acesso em 19 set. 2023.

OLIVEIRA, Viviane F. Do BNH ao minha casa minha vida: mudanças e permanências na política habitacional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, n.50, p. 36-53, Junho, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22937>. Acesso em: 30 jul. 2023.

O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários. **Agência Câmara de Notícias**. 29 mai. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>. Acesso em: 01 set. 2023.

Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. 5 ed. Brasília: OIT, 201. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

PERDIGÃO, Luis F.; SAUER, Sérgio. Lutas Pela Terra No Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. Abya-Yala: **Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, Brasília, v.1, n.2, abr./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/7031>. Acesso em: 01 Set. 2023.

PIORSKI, Gandhy. **Diálogos do Brincar #2: 'Criança e Natureza'**, com Gandhy Piorski. Youtube, 4 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L4u8pnqMkQQ>. Acesso em: 03/07/2023.

PORTINARI, Candido. **Jogos Infantis**. 1944. Pintura, óleo sobre tela, 98 x 37 cm. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/children%E2%80%99s-games/DQFFKfQC146ebQ?hl=pt-br>. Acesso em 19 set. 2023.

PROPOSTA para o Parque do Jiquiá será apresentada à sociedade. **JC**, Recife, 13 de jul. de 2017. Caderno Meio Ambiente. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/07/13/proposta-para-o-parque-do-jiquia-sera-apresentada-a-sociedade-295062.php>. Acesso em 19 set. 2023.

RAUBER, Maiara. A semente do MST: 40 anos da ocupação Macali e Brilhante. **MST**, 02 set. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/02/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/>. Acesso em 19 set. 2023.

RECIFE (PE). **Decreto nº 31.671**, de 10 de agosto de 2018. Estabelece, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o procedimento administrativo destinado à arrecadação de imóveis urbanos por abandono. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2018/3168/31671/decreto-n-31671-2018-estabelece-no-mbito-do-poder-executivo-municipal-o-procedimento-administrativo-destinado-a-arrecadacao-de-imoveis-urbanos-por-abandono>. Acesso em 19 set. 2023.

RECIFE: MTST realiza protesto contra ameaça de despejo na comunidade Pocotó. **MTST**, 14 set. 2017. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/recife-mtst-realiza-protesto-contrameaca-de-despejo-na-comunidade-do-pocoto/>. Acesso em 19 set. 2023.

RUDRIGO, Rodolfo. Na comunidade do Bode, Livroteca Brincante do Pina fomenta ações de acesso à cultura e leitura. **Brasil de Fato**, 17 out. 2022. Caderno Cidades. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/10/17/na-comunidade-do-bode-livroteca-brincante-do-pina-fomenta-acoes-de-acesso-a-cultura-e-leitura>. Acesso em 19 set. 2023.

Sem Terras Marcham pelo País. **MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/>. Acesso em: 10 Jul. 2023.

SILVA, Leonardo D. Boa viagem (Bairro, Recife). **Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, 22 jul. 2003. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=491. Acesso em 19 set. 2023.

SILVA, Luiz I. L. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, abertura do 81º Encontro Nacional da Indústria da Construção, Rio de Janeiro, 2009. (37 min). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/lula-audios-2010/01-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-abertura-do-81o-encontro-nacional-da-industria-da-construcao-rj-37min04s/view>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SOUZA, Marcelo L. Autogestão, "autoplanejamento", autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. Revista Cidades, Chapéco, v.9, n.15, p. 59 - 93, Março, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12202>. Acesso em: 15 jun. 2023.

THE ELDER, Pieter Bruegel. **Children's Games**. Pintura, óleo sobre tela, 1610 x 1180 cm. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/children%E2%80%99s-games-pieter-bruegel-the-elder/CQEeZWQPOI2Yjg?hl=en>. Acesso em 19 set. 2023.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ANEXO



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO

Carta de anuência com autorização para uso de dados

MTST | PE

CARTA DE ANUÊNCIA COM AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DADOS

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Carolina Glasner Tavares, a desenvolver o seu projeto de pesquisa 'Entre o brincar e a luta pela terra: a experiência da construção de parques nas ocupações do MTST- PE', que está sob a orientação da Profa. Izabella Galera cujo objetivo reside na análise do processo de criação e execução dos parques construídos pelo MTST Pernambuco através do projeto "Ideias para parques infantis". Utilizando a metodologia da pesquisa participante, o estudo apresenta esse processo de construção através de uma conceituação da brincadeira e da luta por terra, tendo em vista os pontos de encontro entre esses dois conceitos.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 19/09/2023.

(Isis Thaysi Silva de Souza)